

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU

**CORPO DE MULHER, PERIGO DE MORTE: A MATABILIDADE DOS
CORPOS FEMININOS**

CURITIBA

2018

PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU

**CORPO DE MULHER, PERIGO DE MORTE: A MATABILIDADE DOS
CORPOS FEMININOS**

**Monografia apresentada à Faculdade de Direito,
do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Direito.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá.

CURITIBA

2018

PRISCILLA CONTI BARTOLMEU

**CORPO DE MULHER, PERIGO DE MORTE: A MATABILIDADE DOS
CORPOS FEMININOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela branca
formada pelas professoras:

Orientadora: _____
Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá

Prof.^a Dr.^a Katie Silene Cáceres Arguello

Prof.^a Dr.^a Renata Melfi de Macedo

Curitiba, 20 de novembro de 2018.

Por Tatiane. Por Dandara. Por Marielle.
Por todas nós.

AGRADECIMENTOS

Nossas histórias são feitas das relações de afeto que construímos ao longo de nossas narrativas. Esse ano concluo mais um capítulo e ele não seria o mesmo sem vocês. Ainda que não seja possível expressar toda minha gratidão apenas com palavras, deixo aqui uma singela mensagem de agradecimento aos personagens da minha história. Aos que por um acaso esqueci, saibam que também estão dentro do meu coração.

Primeiramente, gostaria de agradecer àqueles sem os quais eu nunca teria iniciado e nem terminado o curso de Direito na UFPR. Vocês participaram de cada etapa da minha formação e nunca mediram esforços para que meus sonhos se tornassem realidade, mesmo quando vocês tinham a certeza que eu estava errada. Sei que não foi nada fácil lidar com as pretensas verdades de uma estudante de direito. Aos meus amados pais, Joice Conti Bartolomeu e Luciano Ferreira Bartolomeu, meus mais sinceros agradecimentos por sempre acreditarem em mim e me incentivarem a lutar por aquilo que eu acredito. Todo o amor, carinho e dedicação de vocês foram essenciais para que eu me tornasse quem eu sou. Ao meu irmão, Vinícius Lázaro Bartolomeu, por me mostrar que o amor fraterno pode ser leve e intenso ao mesmo tempo. Obrigada por todas as caronas, preocupações, cuidados e discussões, principalmente nesses tempos de ódio. À minha avó, Orivalda Florindo da Silva, por ser essa mulher forte e batalhadora, que sempre está disposta a ajudar os outros. Obrigada pelo amor incondicional e por sempre me alimentar. Só tenho a agradecer por ter pessoas tão incríveis no meu dia a dia. Palavras jamais serão suficientes para descrever tamanha gratidão que sinto por vocês, obrigada por tudo. Eu amo muito vocês!

Ao meu avô, Luiz Carlos Conti, minha avó Iracema Ferreira Bartholomeu, minhas Tias, Tios, Primos e Primas, obrigada por continuarem me apoiando e me incentivando mesmo diante das minhas constantes ausências. Aos meus pequenos, Vitor, Igor, Eliza, Hugo e Rebecca, por serem minha alegria e por tornarem as festas de família sempre mais alegres e divertidas. Ao meu Tio e melhor amigo, Rafael Geovani Conti, por nunca desistir de mim, por sempre me ouvir, me aconselhar e me apoiar independentemente de qualquer coisa. Obrigada por sempre me acolher e também por estar presente em todos os momentos da minha vida. Ao meu amor, Jeancarlo de Oliveira Coletti, por me mostrar que não existe tempo certo para amar. Obrigada por tornar esse final de semestre mais leve e prazeroso, que nossa história continue tão intensa e repleta de respeito e amor.

Às minhas amigas de Floripa, que me acompanharam desde o jardim, Júlia da Mota Kuhl, Luiza Fett Schaefer, Maria Eduarda Amaral, Mariana Apollaro e Victória Sell Feiber, por mostrarem que amizade verdadeira supera qualquer distância. À Amanda Rocco, por compreender todos os meus sumiços e sempre se preocupar com o meu bem estar. À Joana Chagas de Siqueira, por ser minha irmã de alma, dividindo angústias e felicidades em infindáveis ligações que parecem nunca ser o suficiente para conversarmos tudo o que queremos. Às minhas queridas Ana Viana, Letícia Kreuz e Thayse Fedalto, por me mostrarem que grandes amizades podem surgir de repente e se tornarem fundamentais nas nossas vidas. Obrigada por toda cumplicidade, risadas e afeto. À Sophie Medeiros e à Thais Helena, por todo companheirismo e cuidado nesses últimos anos. Meninas, tenho muito carinho e amor por cada uma de vocês. Obrigada por partilharem tantos momentos incríveis ao meu lado.

Ao esquerdrone por tornarem o dia a dia acadêmico menos massante, mais crítico e também mais acolhedor. À Alice Lana, Beatriz de Haro Figueiredo, Carolina Luz e Giuliana Tirapelli, pelas conversas e abraços, pelas discussões políticas e acadêmicas e pela parceria na luta por uma sociedade menos machista e mais igualitaria. À Bela Hummelgen, Bruno Kons, Caio Marcellos Bezerra, Carlos Eduardo Gonçalves Fernandes, Gabriel Percegon, Guilherme Martelli, Gustavo Martinelli, Isabelle Suardi, Laura Buarque, Lugan Thierry, Mike Conrad, Nicole Kant e Thais Zillioto, por todas as conversas e fraternidade no dia a dia. Sem vocês, esses cinco anos de Direito Federal teriam sido muito mais difíceis. Aproveito para agradecer, em nome do João Victor Archegar, àqueles que enviaram cadernos, textos e resumos, mostrando que com a socialização do conhecimento a Faculdade se torna menos hostil e mais humana.

É preciso agradecer, também, àquelas que fazem a Faculdade de Direito da UFPR funcionar. À Cláudia Bitencourt Valle pelos sorrisos e pelo apoio durante esses anos de representação acadêmica. À Jane do Rocio Kiatkoski, nosso nome de turma, por seu amor e carinho à comunidade acadêmica e por sempre estar disposta a nos ajudar, ainda que fuja de suas competências profissionais. À todas as terceirizadas, servidoras e servidores da UFPR, por manterem a Universidade funcionando e por resolverem todos os nossos problemas diários. Gostaria de aproveitar para agradecer ao querido e amigo Daniel Fauth por ter, com tanta paciência, lido esse trabalhado e se disposto a debater os rumos dessa pesquisa. Obrigada pelos ensinamentos sobre negritude, branquitude e masculinidade e por mostrar que temos companheiros na luta contra a opressão de gênero.

A minha trajetória acadêmica, contudo, não seria a mesma sem as pessoas que me formaram. Antes de mais nada, gostaria de agradecer à todas as Professoras e Professores que permitiram minha entrada no tão sonhado Direito Federal. Esse capítulo não teria nem começado se não fosse os esforços de vocês, muito obrigada. Após subir as escadarias e passar pelas tão fotografadas colunas do Prédio Histórico, novas atrizes e atores mudaram o percurso da minha narrativa. Ao Professor Luis Fernando Lopes Pereira por lá desde o começo demonstrar que a história não é neutra e linear. Obrigada, também, por ouvir as angústias e dúvidas sobre o início dessa pesquisa, seus conselhos foram fundamentais para realização desse trabalho. Ao Professor André Peixoto por questionar o modelo de ensino tradicional. Ao Professor Paulo César Busato por fazer nascer a penalista que existe dentro de mim. Agradeço, também, aos docentes da Faculdade de Direito da UFPR que me fizeram ter uma visão crítica do direito, buscando à reflexão ao invés da simples repetição dos códigos e manuais.

Se hoje decidi que a pesquisa fará parte da minha vida, entretanto, é porque tive o privilégio de ter aula com mulheres críticas e fortes que inspiraram toda minha trajetória acadêmica. Primeiramente gostaria de agradecer à minha mestre, orientadora, eterna Chefe e amiga Professora Priscilla Placha Sá, que despertou em mim todo meu amor pela docência e pela pesquisa. Obrigada por todos esses anos de ensinamentos, dentro e fora da sala de aula, por mostrar que a doutrina também pode ser feminista, que o ensino pode sair do tradicional e por me inspirar como acadêmica, profissional e mulher. À Professora Melina Fachin pela didática impecável, pelos ensinamentos de direitos humanos e por permitir que as trocas de conhecimento ultrapassem as salas de aula. À Professora Katie Silene Cáceres Arguello pelas aulas de criminologia e pelo Núcleo de Criminologia e Política Criminal, que foram fundamentais no desenvolvimento da minha trajetória enquanto pesquisadora. À Professora Aldacy Rachid Coutinho pela dedicação ao estudo crítico do direito, por me incentivar e fazer surgir o interesse pelo direito do trabalho. À Professora Ana Carla Harmatiuk Matos pelos sorrisos, por questionar o modelo tradicional de família e por mostrar como os movimentos sociais podem influenciar no direito civil. À Professora Betina Treiger Gruppenmacher por todo carinho e apoio. À Professora Angela Fonsceca pela maestria em ensinar autoras e autores tão difíceis e complexos. À Professora Eneida Desiree Salgado pelo amor à docência e à democracia. À Professora Renata Ceschin Melfi de Macedo por ter aceitado avaliar este trabalho. Gostaria de agradecer, também, outras docentes que foram essenciais na minha formação acadêmica: Katya Kozicki, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Larissa Ramina, Danielle Annoni, Angela Costadello, Rita

Vasconcelos, Clara Roman Borges e Katya Isaguirre. Professoras, obrigada por mostrarem que o direito e acadêmica também é para as mulheres.

Gostaria de agradecer, também, ao projeto de extensão, Mulheres pelas Mulheres, que foi paradigmático na minha vida profissional, pessoal e acadêmica. Logo nos primeiros anos da graduação tive a oportunidade de participar de um projeto que me fizesse questionar todas as minhas certezas sobre a criminalidade e o sistema de justiça criminal. Foi também o Mulheres pelas Mulheres que me inseriu na pesquisa permitindo a publicação de artigos e do livro “Diário de uma intervenção: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere”. Agradeço às mulheres que contaram suas histórias e mudaram minha visão de mundo. Às integrantes do MpM, por tornarem esse projeto possível. Entretanto, nada disso teria acontecido se não fosse a querida Heloisa Vieira Simões, que com tanta paciência me ensinou sobre o direito, partilhou momentos de angústia com as decisões do Poder Judiciário e dividiu divertidas tardes no estágio que marcou a narrativa da minha vida acadêmica e profissional.

O capítulo sobre a graduação em direito, contudo, não seria o mesmo se não fosse o movimento estudantil. Essa foi a atividades que, com toda certeza, mais me dediquei ao longo desses anos. Entre golpes, derrotas, vitórias e superações a militância se tornou parte da minha vida. Os momentos de alegria, tristeza, raiva, mas, sobretudo, o anseio por uma sociedade diferente, mais justa, humana e igualitária, fizeram com que a caloura que entrou na Faculdade de Direito da UFPR em 2014 saísse a mulher que hoje me tornei. A certeza de que o direito não é emancipador e de que a sociedade capitalista é excludente, preconceituosa e genocida fizeram com que o anseio por mudança continuasse a crescer e que eu buscasse na luta o meu lugar no mundo. Agradeço, assim, à Federação Nacional de Estudantes de Direito – FENED, sobretudo a Setorial de Mulheres, por me permitir pensar e questionar o modelo educacional e de sociedade brasileiro e por me propiciar conhecer tantas companheiras e companheiros de militância pelo país.

Por fim, gostaria de agradecer ao Partido Acadêmico Renovador – PAR, o coletivo que ensinou o que é a política e a questionar o sistema posto. Foi no PAR que aprendi o verdadeiro sentido da democracia e a importância de espaços de debates sem hierarquias. Entre lágrimas e sorrisos, aprendi que só a luta muda a vida e que a militância deve ocorrer em todos os lugares em que ocupamos e que se ela não for interseccional de nada adianta lutar. Foi no PAR que aprendi a questionar meus privilégios raciais, de sexualidade e condição econômica e a ter coragem para enfrentar a sociedade racista, LGBTfóbica, classista e sexista em que vivemos. As intermináveis

reuniões a cada ano me desafiaram e me tornaram a mulher que sou hoje. A caloura que entrou sem ter coragem de se posicionar e falar em público, termina a faculdade sem medo de lutar e de enfrentar as injustiças sociais e violências diárias da sociedade capitalista.

Foi no PAR, também, que aprendi que a política só se faz em conjunto e que, mais que falar, precisamos saber ouvir e estar dispostos a mudar. Assim, embora o PAR não seja um grupo de amigos, foi no coletivo que conheci os maiores presentes da UFPR. Ao Allan Mohamad Hillani, Maurício Wosniaki Serenato por serem minhas inspirações acadêmicas, por sempre terem paciência e carinho para me explicar sobre minhas infindáveis dúvidas políticas e do direito, por todos os conselhos pessoais e acadêmicos e por terem se tornado meus grandes amigos. À Larissa Rahmeier por ser minha madrinha na militância, por atender todas as minhas ligações e com tanto cuidado me explicar sobre o funcionamento da política e das organizações. Ao Guilherme Cantero Nunes por todo apoio e amizade. Às minhas amadas Juliana de Oliveira Horst, Mariana de Paula dos Santos e Mônica Miranda por todo o apoio, conselhos, risadas, choros e ensinamentos. Obrigada por nunca me abandonarem, eu amo muito vocês. À Priscila Villani e Débora Pradella por todas as discussões, ensinamentos e afeto. Ao Maurício Rezende, eterno parista veterano que nunca foi contemporâneo, por todo carinho, amizade, conselhos e ensinamentos. Ao Augusto Rizzo por participar de toda minha trajetória, dividindo sonhos, angústias, medos e realizações. Obrigada por ser o melhor amigo que a UFPR me deu, por estar sempre do meu lado, por me ouvir e me aconselhar, por todo amor e cuidado. Ao Jairo Lemos, meu eterno calouro favorito, por toda cumplicidade, apoio, amor e amizade incondicional. À Barbara Helena Rudnick e Eduarda Marculan pelas risadas e pelas discussões feministas. Ao Juliano Pietzack e Gustavo Correa pela parceria no PAR e na FENED, carinho e eternos debates sobre política acadêmica e nacional. À Heloisa Nerone, Fernanda Abdala, Gabriel Montalde e Lincoln Vieira Zanardine por todo apoio, confidências e amor, levarei vocês para todo sempre. À Mariana Olegario por me fazer voltar a ter esperanças. Agradeço, ainda, àquelas e àqueles que acreditaram no projeto político do PAR, por todos os momentos compartilhados, tarefas, angústias, sonhos e lutas e, sobretudo, por sempre tentarem tocar mentes e corações: Ana Cláudia Milani, Bruna Metzger, Karolyne Mendes, Marwan Glock Maltaca, Yasmin Brehmer Handar, Anne Hoffmann, Emanuela Stremel, Giovana Groth, Giovana Moscardi, Gustavo Fanaia, Isabela Furtado, Luciana Nowicki, Vitória Rosa, Vicente Haracemiv, Ana Thereza Cassou, Bruno Nascimento (Born), Lucas Finger, Helena Vidal, Lucas Monte, Alana Plucinski, Taíssa de Nadai, Victória Nérís,

Rayssa Santos, Bruno Cruz, Gabriela Malagutti, João Pedro Barbieri, Joyce Andrade, Malu Silveira, Matheus Quinalha, Matheus Pastorio, Rafaela Santos, Victor Streit, Aline Alves, Amanda Bachmann, Ana Reis, Aline Cristine, Brenon Francisco, Eduarda Marengo, Eduarda Pedroso, Emily Mewes, Gustavo Wesley, Haroldo Capelletti Nogiri Filho, Iasmin Nicolielo, Isabela Benedetti, Izabela Cruz, Luciano Luti, Luize Kestring, Matheus Molina, Milena Mayumi, Stephanie Meireles, Thaís Costa, Vinicius Felipe e Yuri Funchs. Por onde for, vou lembrar do PAR.

Tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a 5ª eu dei uma fraquejada e veio mulher'

Jair Messias Bolsonaro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar, analisar e evidenciar como a sociedade capitalista, sexista e racista fabrica corpos a serem consumidos e depois descartados. Pretende-se, ainda, demonstrar como os preconceitos de gênero – fruto dos signos impostos pelo masculino – fazem com que as mulheres nunca detenham o controle sobre os seus corpos. Assim, buscou-se evidenciar como esse comportamento social contribui para que a morte de mulheres seja algo aceitável e banal. Para tanto, mostrou-se necessário um estudo à luz de uma epistemologia feminista, sendo a filósofa Judith Butler e a antropóloga Rita Laura Segato as principais marcos teóricos. Por conseguinte, em um primeiro momento, propõe-se a reflexão sobre como as sociedades são estruturadas a partir de uma ótica sexista e racista que cria desigualdades entre os sujeitos. Edificando uma coletividade com base na subordinação da mulher em relação ao homem. Dessa forma, todo o feminino é construído visando o gozo do sujeito universal: o homem, branco, heterossexual e proprietário. Procura-se demonstrar, então, que consumidos como se propriedade fosse, esse corpo objeto é facilmente descartado. Nesse ponto, serão analisadas as diversas violências sofridas pelas mulheres, em especial a violência femigenocida. Por fim, estuda-se a precariedade da vida e como há vidas que não são vividas, pois não são passíveis de luto. O presente ensaio, à vista disso, almeja enunciar como a construção desse feminino descartável torna a mulher matável.

Palavras-chave: Dominação Masculina. Femigenocídio. Gênero. Vidas Precárias. Violência.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo identificar, analizar y evidenciar como la sociedad capitalista, sexista y racista fabrica cuerpos a ser consumidos y después desechados. Además, se pretende demostrar como los prejuicios de género – fruto de los signos impuestos por el hombre – hacen que las mujeres bajo ninguna circunstancia posean el control sobre sus cuerpos. Así, se buscó evidenciar como este comportamiento social contribuye para que la muerte de mujeres sea aceptado y banalizado. Para eso, fue necesario un estudio a la luz de una epistemología feminista, siendo la filósofa Judith Butler y la antropóloga Rita Laura Segato los principales hitos teóricos. Por lo tanto, en un primer momento, se propone reflexionar sobre cómo las sociedades están estructuradas a partir de una óptica sexista y racista que crea desigualdades entre los sujetos. Edificando una colectividad con base en la subordinación de la mujer en relación al hombre. De esta forma, todo lo femenino es construido para el goce del sujeto universal: el hombre, blanco, heterosexual y propietario. Se busca demostrar, entonces, que consumidos como si propiedad fuese, ese cuerpo objeto es fácilmente desechado. En ese punto, serán analizadas las diversas violencias sufridas por las mujeres, en especial la violencia femigenocida. Por fin, se estudia la precariedad de la vida y como hay vidas que no se viven, pues no son pasibles de luto. El presente ensayo, a la vista de ello, apunta a enunciar cómo la construcción de ese femenino desechable hace la mujer ser fácilmente asesinada.

Palabras-clave: Dominación Masculina. Femigenocidio. Género. Vidas Precarias. Violencia.

SUMÁRIO

1. Introdução	14
Tatiane Spitzner, presente!	
2. Os signos sociais atribuídos ao feminino	18
2.1. Corpos gentrificados: o gênero em debate	24
2.2. A inexistência de uma mulher universal: a branquitude e seus privilégios.....	30
Dandara dos Santos, presente!	
3. As várias violações do feminino.....	35
3.1. As várias guerras do feminino: a descartabilidade dos corpos objetos	42
3.2. Submissão, poder e controle: as diversas facetas da violência contra mulher	47
Marielle Franco, presente!	
4. O Estado femigenocida.....	54
4.1. Mulheres mortas: as vidas que não são passíveis de luto	59
4.2. Matabilidade feminina: a descartabilidade dos corpos femininos e feminizados	64
5. Considerações finais	71
Referências Bibliográficas	74

1. Introdução

*Eu não tenho dias ruins porque não sou mulher.
Não quero ofender ninguém.*

Vladimir Putin

Nem uma a menos!¹ Em tempos de cólera, essa se tornou a ordem do dia. Como uma das pautas prioritárias dentro da agenda dos movimentos feministas, a luta contra o genocídio de mulheres unificou-se por toda a América Latina, inclusive no Brasil, em torno de um grito coletivo exigindo um basta.² Afirmando que não se terá nenhuma mulher a menos. E nesse clamor suplicam para que nenhuma outra vida seja retirada.

O eco das ruas, contudo, reverbera no sangue derramado por essa grande e infundável guerra. O grito coletivo por um basta confunde-se com o pedido de socorro ecoado pelas vítimas sacrificiais. Mais mulheres são mortas na América Latina. Mais mulheres são assassinadas no Brasil. Assim, a ideia de nenhuma mulher a menos vai se tornando cada vez mais distante e o lema de Ciudad Juarez vai dominando todo o continente: corpo de mulher, perigo de morte.³

Ocupando o Brasil, em 2013, a 5ª posição no ranking – num grupo de 83 países com a maior taxa de homicídios femininos⁴, o tão odiado e perseguido vermelho parece ser a única cor da bandeira brasileira. Mesmo com a confissão de diversas leoas, o grande cemitério, antes verde e amarelo, continua a alimentar o menu das feras.⁵ Sepultadas vivas – ou não tão vivas assim – as mulheres revelam como o vermelho continua a ser a cor mais quente.

¹ Em 2015, em Buenos Aires, na Argentina, diversas mulheres foram as ruas exigir um basta nos casos de feminicídio. O estopim do movimento foi o assassinato da adolescente de 14 anos, Chiara Páez, que estava grávida, quando foi assassinada pelo namorado, também adolescente de 16 anos. O movimento ficou conhecido por “Ni una Menos” e ultrapassou as fronteiras argentinas em 2016 com a morte de Lucía Perez, adolescente de 16 anos. cf. MACHADO, Talita. Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis. **Uol Notícias**. São Paulo. 08 mar. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

² MACHADO, Talita. Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis.

³ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. In: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 33.

⁴ WASELSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO Brasil. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015. p. 27.

⁵ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

É diante desse cenário de guerra, que o presente trabalho se insere. Logo nas primeiras páginas, busca-se apontar como a história mundial é escrita por uma única caneta. Evidenciando como essa narrativa monocromática não dá espaço para novas cores florescerem. Ditando regras de conduta e comportamento, a partir de normas supostamente neutras e universais.

Dessa forma, impõe-se signos e fabrica-se corpos. Criando um sujeito padronizado a partir de regras sociais de inteligibilidade cultural. O uso da linguagem, nesse contexto, torna-se objeto de disputa. A noção de sujeito e, conseqüentemente, de gênero passa a ser pesquisada e teorizada por diversas autoras.

Assim, o presente trabalho tenta apresentar parte dessas discussões, em especial no tocante aos debates sobre gênero, e indicar que mesmo dentro de ações pretensamente libertárias algumas cores se sobrepõem a outras. Sendo, portanto, necessário reconhecer outras violências e realizar uma análise interseccional da sociedade. Não se deve desconstruir um preconceito reforçando outros.

Nesse sentido, por compreender que a universalidade é excludente, a presente pesquisa realizou o recorte de cisgênero e de branquitude. Analisando a matabilidade da mulher branca, mas sem ignorar o extermínio das mulheres negras. Ressalta-se que tal recorte se faz necessário para entender que a sociedade é heterossexista, mas também racista. Por isso, os privilégios de raça não podem ser ignorados, devendo também ser estudados para que se possa construir uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

Sem contar, que o sujeito detentor do poder da palavra não é somente masculino, mas também branco, heterossexual e proprietário. Não à toa, no momento de desenhar os corpos femininos socialmente aceitos os faz à luz do seu próprio gozo. Criando corpos objetos a serem consumidos como se propriedade privada o fosse. Por conseguinte, à medida que perdem sua utilidade – ou que outros mais interessantes vão surgindo – esses corpos objetos vão sendo descartados.

A descartabilidade do feminino, nessa toada, representa a marca deixada pelas diversas guerras em que esse corpo é palco. A subordinação da mulher e a sua constante desumanização é fruto do ciclo de violência que esse corpo protagoniza. Logo, o presente trabalho se propõe a ponderar as conseqüências de uma estrutura social heterossexista e racista que culmina em diversas violências contra mulher.

Procura-se demonstrar, então, que esse campo de batalha, ou seja, o corpo feminino, é regado por uma discricionariedade soberana que pratica diversos crimes de gênero. O vermelho, já acima destacado, mais uma vez se faz presente. O Estado brasileiro – assim como o resto da América Latina – é fundado a partir de uma sociedade femigenocida, em que a objetificação feminina faz com que as elas sejam facilmente descartadas. Facilmente mortas.

Por fim, as últimas páginas deste ensaio, após enfrentar alguns conflitos terminológicos, discute a noção de vida precária. Compreendendo existir vidas que não são vividas por serem mais precárias que outras e, portanto, não passíveis de luto. Sendo a mulher, uma dessas figuras que já nascem mortas.

Além disso, considerando todo esse contexto de uma sociedade heterossexista e racista, o presente trabalho não poderia adotar outra epistemologia que não a feminista. Sendo a filósofa Judith Butler e a antropóloga Rita Laura Segato, juntamente com outras autoras, os alicerces dessa discussão.

Para tanto, como não seria possível realizar uma pesquisa sem consultar as bibliotecas fantasmas da história, buscou-se homenagear três mulheres que foram assassinadas pela sociedade brasileira: Tatiane Spitzner, Dandara dos Santos e Marielle Franco. Três mulheres que representam a diversidade desse grupo que performa o gênero feminino, com trajetórias tão distintas, mas que se cruzam no final. Pois, são todas vítimas do femigenocídio brasileiro.

Tatiane Spitzner foi encontrada morta, em 22 de julho de 2018, no apartamento onde morava com o marido, Luis Felipe Manvailer, na cidade de Guarapuava, Paraná. O principal suspeito é o marido, que está sendo processado por crime de feminicídio. A advogada, ao que tudo indica, foi morta de modo violento sofrendo uma constrição no pescoço e, posteriormente, sendo arremessada do prédio em que morava.⁶

Dandara dos Santos, por sua vez, foi apedrejada e morta a tiros, em 15 de fevereiro de 2017, na cidade de Fortaleza, Ceará. O caso ganhou repercussão nas redes sociais após o compartilhamento do vídeo em que aparece as cenas da agressão.⁷ Dandara, tinha 42 anos quando foi assassinada, e revela como são tratadas as travestis no Brasil: a base de chutes, pauladas e

⁶ MAZZA, Malu. *et al.* IML confirma que morte de Tatiane Spitzner foi por asfixia mecânica. **G1**. 20 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/09/20/iml-confirma-que-morte-de-tatiane-spitzner-foi-por-asfixia-mecanica.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁷ TRAVESTI Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz Secretário. **G1**. 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

xingamentos. Com a vida marcada pela transfobia, a cearense Dandara é mais uma vítima sacrificial do femigenocídio brasileiro.⁸

Já Marielle Franco, foi executada a tiros, em 14 de março de 2018, na cidade do Rio de Janeiro, às 21h30, ao sair do evento “Jovens Negras Movendo Estruturas”.⁹ Conhecida por sua militância na seara dos Direitos Humanos, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro e após ser brutalmente assassinada a notícia de sua morte correu o mundo, repercutindo internacionalmente.¹⁰ Marielle virou símbolo de luta e resistência. O luto se transformou em luta. A dor regou seu corpo e floresceu. Marielle virou semente. Após a notícia de sua morte diversos atos foram convocados em várias capitais, inclusive fora do Brasil, para protestar contra o estado de guerra femigenocida em que vive o Estado brasileiro.¹¹

Essas são apenas três das milhares vítimas da violência de gênero que assola o Brasil (e o mundo). O presente trabalho, à vista disso, almejando eternizar suas mortes para que jamais sejam esquecidas, nomeou os três capítulos que o compõe com seus nomes. Dessa forma, as discussões sobre a matabilidade feminina serão representadas por casos reais de femigenocídio.

⁸ LAVOR, Thays. 'Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. **BBC Brasil**. Fortaleza. 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁹ GONÇALVES, João Ricardo. *et al.* Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. **G1**. 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁰ MORTE de vereadora no Rio repercute na imprensa internacional. **G1**. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morte-de-vereadora-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹¹ QUEIROGA, Louise; GUERRA, Rayanderson. Manifestações são marcadas no Rio e em outras cidades pelo país após morte de Marielle Franco. **O Globo**. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/manifestacoes-sao-marcadas-no-rio-em-outras-cidades-pelo-pais-apos-morte-de-marielle-franco-22491286>>. Acesso em: 06 nov. 2018.; BRASILEIROS fazem atos pelo mundo para denunciar morte de Marielle. **Jornal GGN**. 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/brasileiros-fazem-atos-pelo-mundo-para-denunciar-morte-de-marielle>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Tatiane Spitzner, presente!

2. Os signos sociais atribuídos ao feminino

O mundo é masculino e assim deve permanecer.

Juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues

A história mundial é essencialmente masculina.¹² “Se as bibliotecas contêm todas as histórias que foram contadas, existem bibliotecas fantasmas de todas as que não o foram.”¹³ Coadjuvantes nestas narrativas, as mulheres lotam prateleiras destas bibliotecas invisíveis.¹⁴ Por muito tempo, o silêncio era o único papel que lhes era permitido.¹⁵

Nesse contexto, as fantasmas que se conseguiam fazer ouvidas, muitas vezes, conquistavam este privilégio por meio do não dizer estratégico ou do não ouvir certas vozes – dentre elas, a sua.¹⁶ Percebe-se, portanto, que existem diversas espécies de silêncio e ao definir qual voz irá prevalecer traçamos os costumes e os valores sociais.¹⁷ Por isso, quando a palavra é um privilégio, o dizer e, principalmente, o ser ouvida, faz parte da luta pela libertação.¹⁸

Essas fantasmas, já não mais tão invisíveis, ao não terem o controle sobre sua própria narrativa, tiveram seus signos traçados por aquele que detém o poder da palavra: o homem (em particular, o homem branco, heterossexual e proprietário). A humanidade, portanto, é masculina e irá definir a mulher não a partir de si, mas relativamente ao homem e, dessa forma, não será considerada autônoma.¹⁹

Contudo, elas não foram as únicas que tiveram seus significados escritos pela caneta masculina, as ideias de igualdade e cidadania – tão almejadas pelos movimentos de mulheres –

¹² PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 185.

¹³ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 32.

¹⁴ PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. p. 185.

¹⁵ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. p. 37.

¹⁶ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. p. 32.

¹⁷ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. p. 35.

¹⁸ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. p. 32.

¹⁹ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. v. 1. Trad. Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 12.

também são fruto desse mesmo sujeito.²⁰ Por isso, mesmo que as mulheres passem a também discorrer sobre o mundo nunca o partilharam em igualdade de condições, já que ele pertence ao seu autor.²¹

As linhas da história, à vista disso, embora evidentemente delineadas por essa mesma caneta, se auto proclamam neutras e universais. Possibilitando, assim, a formação e reprodução de estruturas que justificam a ordem vigente e naturalizam as hierarquias e desigualdades sociais.²² Sendo assim, "a gramática da dominação é internalizada não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres"²³ e pelo próprio Estado²⁴.

Por conseguinte, este Estado, supostamente neutro, exclui as demandas femininas alegando serem questões particulares.²⁵ Efetivando, então, o caráter masculino e branco da sociedade, a qual se estrutura pela dominação masculina²⁶ e impõe às mulheres uma posição de subalternidade.²⁷ Destaca-se, entretanto, que uma mera folheada nos livros da história demonstrará que essa subordinação ao homem não é uma dependência fruto de um evento ou de uma evolução, esse acontecimento simplesmente não aconteceu.²⁸

Ocorre que os poderes concretos sempre estiveram sob o poder masculino, o qual, desde os primórdios do patriarcado, mantém as mulheres sob sua dependência, definindo-as como o

²⁰ MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 63-77. p. 64.

²¹ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. p. 17.

²² BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 109-122. p. 119.

²³ BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. p. 119.

²⁴ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 57.

²⁵ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 93-107. p. 96.

²⁶ Não há um consenso nos movimentos de mulheres sobre qual a melhor denominação para definir essa condição de dominação-exploração das mulheres pelos homens. Há autoras que preferem adotar a terminologia "dominação masculina", de Pierre Bourdieu, em detrimento de patriarcado por considerarem que este estaria, de certa forma, vinculado a um modelo de sociedade, enquanto aquele se perpetuaria no tempo. (MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.17-29. p. 18). A dominação masculina, neste contexto, seria a dominação simbólica dos dominantes (homens) sobre as dominadas (mulheres), que impõe significações, tidas como legítimas, para dissimular as relações de poder e sustentar sua própria força (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. Trad. Maria Helena Küner. 5. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017. p. 60-65). Todavia, outras, entre elas Heleieth Saffioti, defendem a manutenção do uso de patriarcado, pois, além de considerar simplista a alegação de historicidade do conceito, entendem que a "base material do patriarcado não foi destruída" (SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 110-112). Não olvidando tal discussão, o presente trabalho adotar a terminologia dominação masculina, em razão de não pretender adentrar no debate acerca da historicidade ou não do termo patriarcado.

²⁷ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. p.102.

²⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. p. 15.

Outro.²⁹ O homem representaria o positivo e o neutro – não à toa se utiliza “os homens” para designar os seres humanos – e a mulher, em contrapartida, seria o negativo³⁰ e a coisa³¹.

As mulheres, nesse sentido, são apresentadas como: não muito críticas e pouco intelectuais; frágeis, fracas e medrosas; não confiáveis e fofoqueiras; irracionais, passionais, emotivas e histéricas; e, também, sujeitos do lar.³² Os homens, por outro lado, “são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem”³³ e, por isso convivem tão mal com a impotência³⁴.

Esses atributos são expressos como se fossem intrínsecos a essência dos gêneros, naturalizando estas séries qualitativas e legitimando, a partir de então, a sujeição do feminino ao masculino.³⁵ Dessa forma, explica-se o porquê de elas serem o sexo “menor” e eles o “maior”, demonstrando como a diferença entre os gêneros é “ideologicamente traduzida numa linguagem binária e hierarquizada”.³⁶

Essas supostas diferenças naturais dos sexos são utilizadas, em diversas sociedades e culturas, para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. E, de certa forma, para justificar a violência de gênero, pois se ser homem é sinônimo de odiar vulnerabilidade, é muito provável que essa raiva recaia sobre o sexo que carrega tal marca.³⁷ Além disso, em face desses mesmos signos, destina-se a elas a vida doméstica e familiar e a eles a vida pública, como se cada um dos sexos pertencesse naturalmente a cada um desses lugares.³⁸

O público, nesse sentido, é visto como o local da razão, da impessoalidade e da universalidade.³⁹ O privado, por sua vez, é o local da intimidade, da pessoalidade e, por exclusão,

²⁹ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 119.

³⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 11-12.

³¹ Adota-se, aqui, o termo “coisa” teorizado por Vera Regida de Andrade, a qual apresenta o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher a partir da ideia do cara e da coisa. O primeiro seria o masculino, aquele que é o ativo e que é, ao mesmo tempo, exaltado e temido. Enquanto a coisa seria o feminino, aquilo tido como passivo e que é, simultaneamente, objeto-coisificada-retificada. cf.: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 142-144.

³² HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença**. Trad. Cristina Furtado Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 196.

³³ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 37.

³⁴ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 89.

³⁵ HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença**. p. 196-197.

³⁶ HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença**. p. 196-197.

³⁷ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. p. 38.

³⁸ BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.30-46. p. 32.

³⁹ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 31.

do não abstrato e do não universal.⁴⁰ Essa divisão, por separar o todo do particular, torna determinante a perspectiva dos homens em detrimento a das mulheres.⁴¹

A divisão sexual quanto às esferas sociais, portanto, se dá em face das características que se atribui a cada uma delas, as quais acabam incorporadas socialmente pelos sujeitos que a compõe. Ressalta-se, ainda, que tais signos não são imputados a um agente qualquer, mas definem a posição e a disposição de cada sujeito, determinando o que pode e o que não pode ser feito por um homem e por uma mulher.⁴²

As práticas hegemônicas, nesse sentido, reproduzem o papel que cada gênero deve cumprir dentro do seio social.⁴³ E a todos os sujeitos da sociedade cabe seguir e manter essa lógica da relação de dominação, impondo sobre os corpos femininos narrativas de docilidade para atender a sua expectativa de propriedade negativa atribuída a sua condição humana.⁴⁴

Logo, a ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que perpetua a dominação masculina e define a divisão sexual do trabalho, dividindo cada afazer de acordo com o gênero da pessoa.⁴⁵ Aqueles que gozam da visão ou condição androcêntrica, tida como neutra, organizam a vida social, participando da política, da economia e dos espaços assembleares.⁴⁶ Já às mulheres, reserva-se a dedicação ao lar e às atividades de cuidado.⁴⁷

Não obstante, como o privado carrega signos socialmente considerados apolíticos, as atividades desenvolvidas dentro de seu espaço são isoladas do trabalho e da própria política.⁴⁸ Os principais reflexos dessa concepção são a imputação de improdutividade e de autonomia à esfera doméstico-familiar.

O primeiro ocorre porque a sociedade associa produtividade à ideia de trabalho assalariado.⁴⁹ Sendo assim, a divisão entre público e privado, passa ser, também, uma divisão entre produtivo e improdutivo, que, conseqüentemente atribui ao homem a produtividade – sendo o sujeito típico para desenvolver todas as atividades oficiais, públicas, de representação e de

⁴⁰ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 31.

⁴¹ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 31.

⁴² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 84.

⁴³ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.79-92. p. 81.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 50-51.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 22-24.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 22-24.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 22-24.

⁴⁸ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 31.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 71-72.

trocas – ⁵⁰ e às mulheres a improdutividade – ligada à ideia de atividades reprodutivas, sobretudo à reprodução biológica⁵¹.

Essa lógica binária não é rompida nem mesmo quando as mulheres vão ao mercado de trabalho, já que, de modo geral, continuam responsáveis pelo lar, gerando o fenômeno da “dupla jornada de trabalho”, o qual acaba reduzindo seu tempo de dedicação às atividades da vida pública.⁵² Mantém-se, assim, todas as condições para a dominação masculina permanecer em pleno gozo de seu exercício e transcender as linhas da história.⁵³

A separação da política, por sua vez, permite que os abusos ocorridos no âmbito doméstico sejam justificados pela sua autonomia e privacidade⁵⁴, o que culmina num grande paradoxo. Embora a família possa ser o refúgio para grupos que sofrem com discriminação e opressão sistemática da sociedade, também é no seio familiar⁵⁵ que ocorrem as principais violências contra as mulheres.⁵⁶

É importante sublinhar, no entanto, que a crítica ao privado se dá em face da exclusão da mulher do espaço público e não quanto às atividades consideradas domésticas.⁵⁷ Pois, quando se pretende a construção de uma sociedade democrática, é “impossível deslocar a esfera política da vida social, a vida pública, da vida privada”.⁵⁸

O cerne da questão, desse modo, é que a sociedade é estruturada pela dominação masculina, em que os gêneros não são apenas distintos entre si, mas são marcados pela subalternidade do feminino em relação ao masculino.⁵⁹ Isto é, enquanto a mulher for o Outro, ela continuará sendo o “objeto aos olhos do sujeito” não possuindo um significado em si, mas apenas em oposição ao homem.⁶⁰

É necessário, assim, quebrar essa lógica de que o portador de preconceito é o mesmo investido de poder. Ou seja, enquanto o mundo for escrito somente com a caneta masculina o

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 71-72.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 54.

⁵² MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. p. 94.

⁵³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 54.

⁵⁴ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 34.

⁵⁵ Conforme o Mapa da Violência 2015: História de mulheres no Brasil, diferentemente dos homicídios masculinos que raramente ocorrem em casa (10,1%) e majoritariamente se dão na rua (48,2%), nos feminicídios o domicílio da vítima está entre os locais preferidos para realização desse crime (27,1). cf.: WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. p. 39.

⁵⁶ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 38-42.

⁵⁷ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 36.

⁵⁸ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 33.

⁵⁹ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. p. 102.

⁶⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 201.

fenômeno da dominação-exploração continuará sendo uma questão social (e não individual), em que as relações de subordinação perpassaram toda a sociedade,⁶¹ tanto no âmbito político, quanto no econômico e simbólico.⁶²

Isso se dá porque para haver um dominador, é necessário que haja uma dominada e para que continue havendo dominação deve-se preservar as subordinadas.⁶³ Para tanto, a mulher precisa continuar sendo o Outro⁶⁴, submetendo-se “livremente” ao domínio masculino, ainda que não aceitando sem discussão, mas deixando-se convencer⁶⁵. Por conseguinte, “a ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto de outro na relação de dominação-subordinação”.⁶⁶

Dessa forma, uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe, o “ser mulher” é produzido e reprimido pelo mesmo sistema que se busca emancipação⁶⁷, uma vez que o mundo é descrito sob uma única ótica, o ponto de vista daquele que o escreve é confundido com a verdade⁶⁸.

Não basta exigir igualdade entre os sexos e seria “ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade”, porque as razões de inferioridade do feminino estão inscritas “no mais íntimo dos copos”⁶⁹. Enquanto os signos femininos continuarem sendo definidos em relação aos homens, a constituição dos mitos sexuais continuará a existir e ser unilateral.⁷⁰

Por isso, é necessário redefinir os critérios de valoração⁷¹, romper com o estatuto subalterno e revisar os privilégios masculinos⁷². É preciso fazer ver e ouvir as fantasmas da história, permitir que elas possam teorizar sobre seus próprios corpos e romper com os incansáveis silêncios que permeiam a condição universal da opressão e a manutenção do *status quo*.⁷³

⁶¹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 131.

⁶² HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença**. p. 195.

⁶³ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 125.

⁶⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 16.

⁶⁵ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 251.

⁶⁶ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 132.

⁶⁷ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 81.

⁶⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 203.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. p. 61.

⁷⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 203.

⁷¹ MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. p. 64-65.

⁷² MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. p. 102.

⁷³ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. p. 35-38.

2.1. Corpos gentrificados: o gênero em debate

*Você sabe qual é a diferença entre um político e uma dama?
Quando o político diz 'sim' significa 'talvez', quando ele diz
'talvez' ele quer dizer 'não' e quando ele diz 'não' não é político.
Quando uma dama diz 'não' significa 'talvez', quando diz '
talvez' significa 'sim', quando ela diz 'sim' não é uma dama.*

Sebastián Piñera

O sujeito, nesse contexto, possui uma natureza politicamente estratégica, principalmente para os movimentos feministas.⁷⁴ Pois, os sujeitos jurídicos são produzidos a partir de táticas de exclusão, que acabam sendo determinantes para formação da estrutura jurídica da política e ultrapassando os limites da inteligibilidade cultural.⁷⁵ Portanto, é a partir da noção de sujeito, construída politicamente, que se legitima os objetivos de exclusão, naturalizando uma narrativa política – e jurídica – sobre os corpos.⁷⁶

Não à toa, no bojo dos discursos filosóficos, a noção de pessoa é constantemente elaborada juntamente com as discussões acerca dos fundamentos basilares que define essa categoria, “seja esta a consciência, a capacidade de linguagem ou a deliberação da moral”.⁷⁷ Por isso, questiona-se os signos sobre o feminino, já que ele, conforme já demonstrado, é produzido e reprimido dentro da mesma estrutura, e ele depois buscará sua emancipação.⁷⁸

Para tanto, será necessário segregar esses dois corpos, criando uma marca diferenciadora que seja capaz de definir a posição simbólica que cada um deles ocupará na sociedade.⁷⁹ Essa marca será o sexo, que imporá significados aos corpos, como se fosse traços inerentes a sua composição. Entretanto, essa marca – o sexo – será anterior ao próprio corpo, dando forma a linguagem (in)traduzida no seio social.⁸⁰ Por conseguinte, as imagens corporais que não se

⁷⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 19.

⁷⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 19-20.

⁷⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 19.

⁷⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 42-43.

⁷⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 20.

⁷⁹ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002. p. 149.

⁸⁰ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. p. 149.

enquadrarem em nenhum dos dois sexos ficarão fora daquilo tido como humano, sendo reduzido há algo abjeto e desumanizado.⁸¹

O termo mulher, dessa forma, é parcial⁸² e limita-se a descrever as marcas sociais impostas à esta identidade.⁸³ A sua conotação, sendo assim, é fruto de um discurso binário que está a serviço de determinados interesses políticos.⁸⁴ Por isso, a negativa por parte de muitas mulheres em aceitar as descrições oferecidas em seu nome⁸⁵.

Tal nomenclatura, portanto, deve ser questionada, embora isso não signifique que devemos abandoná-la.⁸⁶ Dá mesma forma que sua necessidade não exclui a importância de questioná-la.⁸⁷ Nessa mesma toada, encontra-se o termo “gênero”. Embora atualmente seja costume utilizar “gênero” como sinônimo de “mulher”⁸⁸, este primeiro conceito é muito mais amplo, havendo, inclusive, distintas teorizações acerca de seu significado.

Nesse sentido, em face das diversas teorizações acerca do termo “gênero” e, também, da sua importância dentro do presente trabalho, se faz necessário apresentar o que as principais teóricas discorrem sobre o tema e, posteriormente, qual posição se adotará. Não obstante, desde logo, é preciso ter em vista que o conceito de gênero por si só não revela as diversas desigualdades sociais entre homens e mulheres⁸⁹; serão a dominação masculina e a heteronormatividade⁹⁰ que irão contribuir para formação de uma sociedade binária, desigual e hierarquizada⁹¹.

Primeiramente destaca-se a filósofa Simone de Beauvoir, conhecida pela célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, que marcou os movimentos de mulheres por introduzir

⁸¹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 193-194.

⁸² BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 311.

⁸³ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 306-307.

⁸⁴ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. P 306-307.

⁸⁵ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 311.

⁸⁶ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 311.

⁸⁷ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 311.

⁸⁸ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 31 mai. 2018. p. 75.

⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 47.

⁹⁰ O conceito de heteronormatividade utilizado segue a linha proposta por Judith Butler, que disserta acerca de como a heterossexualidade compulsória naturaliza as relações binárias em masculino e feminino, suprimindo, assim, sexualidades tidas como subversivas e desviantes justamente por romperem com essa hegemonia heterossexual. Ou seja, a heteronormatividade compulsória é fundamental no processo uniformizador das identidades de gênero. cf.: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 47; p. 53; p. 67.

⁹¹ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. p. 119.

o debate acerca da construção social do feminino.⁹² A ideia desenvolvida pela referida autora consiste em que os signos imputados às mulheres não são naturais e biológicos, mas fruto das qualificações sociais que definem o que é ser mulher.

Dessa forma, meninos e meninas nasceriam iguais, com os mesmos interesses e prazeres, explorando seus corpos “com mesma curiosidade e a mesma indiferença; do clitóris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto”.⁹³ Ou seja, a submissão do feminino ao masculino não é algo intrínseco aos sexos, mas fruto de uma construção social – sob as lentes da dominação masculina.

Joan Wallach Scott, por sua vez, entende que as teorias de gênero possuem duas categorias distintas, uma essencialmente descritiva, em que se refere à existência de fenômenos ou de realidades, mas não interpretando, explicando ou atribuindo causalidade. E outra, que discorre acerca dos fenômenos e das realidades, visando compreender como e porque adquirem a forma que possuem.⁹⁴

Além disso, a autora acredita que a utilização do termo “gênero” não significa se posicionar contra as desigualdades.⁹⁵ Pelo contrário, o uso dessa terminologia enfatiza a existência de um sistema de relações incluídas pelo sexo, mas que não são diretamente determinadas pelo sexo e nem pela sexualidade.⁹⁶

Por conseguinte, Scott entende o gênero sobre duas perspectivas: a) como elemento constitutivo das relações sociais pautadas nas diferenças entre os sexos; e b) como forma primária de manifestações das relações de poder.⁹⁷

No tocante à constituição do gênero a partir das relações sociais das diferenças dos sexos, exprimem-se quatro elementos que se interrelacionam.⁹⁸ Primeiramente, há as figuras femininas apresentadas como símbolos culturais, as quais perpassam, de modo contraditório, o imaginário social sobre a mulher. Nesse ponto, destaca-se as duas principais representações do feminino dentro da tradição cristã ocidental: Eva – àquela que cedeu ao pecado e corrompeu o homem – e Maria – símbolo de purificação e inocência.⁹⁹

⁹² BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. v. 2. Trad. Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 11.

⁹³ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. p. 11.

⁹⁴ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 74-75.

⁹⁵ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 75

⁹⁶ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 76.

⁹⁷ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 86.

⁹⁸ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 86.

⁹⁹ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 86.

O segundo elemento seria fruto dos conceitos normativos que são utilizados para exprimir significados daquilo que se acredita ser mulher e ser homem. Essas noções serão introduzidas no seio social a partir das doutrinas religiosas, científicas, políticas, jurídicas e até mesmo educativas, as quais irão perpetuar e consolidar a divisão binária e supostamente inequívoca entre os sexos.¹⁰⁰

Em terceiro lugar, estaria a disputa política acerca dos discursos reproduzidos pelas instituições e pela própria organização da sociedade, a qual será fundamental na construção das representações binárias dos gêneros.¹⁰¹ Por isso, o desafio em romper com a atemporalidade dessas divisões.

Por fim, há o aspecto da identidade subjetiva, em que se compreende as influências sociais e políticas que constituirão a base da identidade de gênero de cada sujeito.¹⁰² Sendo assim, para Scott, o termo “gênero” é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”¹⁰³.

Outra filósofa que marcou as discussões de gênero dentro dos movimentos feministas foi Judith Butler. Segundo a autora, o gênero não deve ser tido como uma identidade estável ou algo imutável, mas um locus que é construído a partir de repetições de atos estilizados. Ou seja, a identidade de gênero do sujeito se apresenta para sociedade a partir de “gestos, movimentos e estilos corporais” que estilizarão um corpo gentrificado.¹⁰⁴ Por essa razão, o gênero não é só exteriorizado pelos atos de gênero, mas é criado por ele. Logo, sem tais atos não há gênero algum.¹⁰⁵

Esse conjunto de atos repetitivos, contudo, ocorre dentro de uma estrutura reguladora extremamente rígida, que se cristalizou no tempo produzindo uma divisão dos corpos como se fossem naturais a ele.¹⁰⁶ Por isso, o gênero só “pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente” e em analogia a outra definição antagônica.¹⁰⁷ Formando, então, corpos gentrificados. A genealogia política das ontologias de gênero, portanto, cria estruturas compulsórias que definem a aparência social do gênero.¹⁰⁸

¹⁰⁰ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 86.

¹⁰¹ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 87.

¹⁰² SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 87.

¹⁰³ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 75.

¹⁰⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 242.

¹⁰⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 241.

¹⁰⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 69.

¹⁰⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 31.

¹⁰⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 69.

Percebe-se, assim, que a autora também faz uma análise do gênero como algo construído socialmente. Entretanto, o que tornou o pensamento de Butler tão revolucionário? A filósofa da teoria queer, em sua obra intitulada “Problemas de Gênero” dialoga com diversas autoras, entre elas Simone de Beauvoir, divergindo desta no tocante a diferenciação de gênero e sexo. Isto é, o pensamento da autora se destacou, pois, fora uma das primeiras a questionar a naturalização do sexo, afirmando ser este também fruto de uma construção social.¹⁰⁹

Para Butler, “gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza”, na visão da filósofa as duas categorias são meios discursivos culturais, em que são produzidos por pré-discursos anteriores à cultura.¹¹⁰ Isso significa que se tanto o sexo quanto o gênero são ficções reguladoras carregadas de significados passíveis de contestação, a sua própria multiplicidade permite a ruptura de sua postulação unívoca.¹¹¹

Ou seja, o sexo funciona como norma reguladora que irá produzir corpos e governa-los, como uma espécie de poder produtivo que pode demarcar, circunscrever e diferenciar os corpos que controla. Para tanto, a construção ideal dos sexos se materializou a partir de sua cristalização no tempo.¹¹²

Dessa forma, a construção do sexo, como marca corporal, impõe artificialmente a construção do gênero, a partir de normas culturais que irão definir socialmente os papéis de cada corpo gentrificado.¹¹³ Presume-se, assim, que a identidade de gênero é fruto de “uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia”.¹¹⁴

O gênero, assim, possui um “efeito substantivo que é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência”.¹¹⁵ Esses atos performativos, por sua vez, são expressões que traduzem ações que exercem um poder vinculante. Isto é, a performatividade constitui uma esfera de poder que atua como discurso.¹¹⁶ Por isso, não se deve reduzir a

¹⁰⁹ Há uma disputa acerca do conceito de sexo, principalmente no tocante a quais critérios devem ser adotados para distinguir os dois sexos aceitos socialmente (masculino e feminino). Por isso, é imprescindível compreender que este conceito é historicizado e, também, marcado por diversas tentativas de impor significados naturalizados sobre sua superfície. cf.: BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 22.

¹¹⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 27.

¹¹¹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 68.

¹¹² BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 18.

¹¹³ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 19.

¹¹⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 68.

¹¹⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 56.

¹¹⁶ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 316.

performatividade à atuação de gênero¹¹⁷, embora os corpos utilizem dela para expressar suas identidades.

Por conseguinte, o gênero possuirá significações sociais acumuladas pelo sexo, enquanto esse não as acumulará como propriedade aditiva, mas será substituído pelos significados sociais que aceita. A distinção entre os dois conceitos, portanto, é fruto de um construtivismo linguístico radical, principalmente pelo fato do “sexo” ser definido anteriormente ao “gênero”.¹¹⁸

Isso ocorre não apenas pelo fato de que o sexo acaba absorvido pelo gênero, mas em face de que o primeiro se torna algo próximo de uma ficção.¹¹⁹ Por outro lado, o gênero não pode ser reduzido a uma aparência artificial, não obstante, sua característica flutuante deve ser entendida como um jogo entre a psique e a aparência.¹²⁰

O gênero, desse modo, parece atuar como uma marca que qualifica os corpos como corpos humanos.¹²¹ Nesse sentido, os gêneros “inteligíveis” seriam aqueles que, em certa medida, “instituem relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.¹²² Logo, as identidades de gênero que não decorrem do sexo, bem como as práticas do desejo que não derivam nem do sexo e nem do gênero, são vistas como desviantes e, portanto, dentro dessa lógica, não podem existir.¹²³

Conclui-se, então, que há uma busca das teóricas por compreender o que é gênero e quais são suas perspectivas e possibilidades de uso. Nada obstante, o uso dessa terminologia é, também, uma forma de legitimar, academicamente, os estudos feministas¹²⁴ e, de certa forma, uma tentativa de dar voz às fantasmas da história.

O presente trabalho, nesse contexto, adotará a perspectiva de Judith Butler, por entender, que, embora exista uma independência entre gênero e sexo, não sendo passível haver uma redução de um ao outro, as duas esferas ontológicas compõem uma só unidade.¹²⁵ O gênero, dessa forma, será concebido como um “estilo corporal” que performa uma “construção dramática e contingente do sentido”.¹²⁶ O sexo, por sua vez, será entendido como aquilo que marca o

¹¹⁷ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 329.

¹¹⁸ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 23.

¹¹⁹ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 23.

¹²⁰ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 328.

¹²¹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 193.

¹²² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 43.

¹²³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 44.

¹²⁴ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 75.

¹²⁵ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 144.

¹²⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 240.

corpo¹²⁷, que atua como prática reguladora¹²⁸, mas que também é fruto de uma construção social e não deve ser tratado a partir de uma ótica biologizante.

Nada obstante, ainda que se busque emancipar a figura das mulheres da dominação masculina, a ideia de “mulher real” permanece como uma ficção social compulsória¹²⁹ e seus signos continuam sendo fruto da dominação-exploração sobre seus corpos¹³⁰. Para tanto, questionar o conjunto de estilos corporais configurados como naturais aos sexos¹³¹ exige compreender que características são essas e como elas se relacionam no seio social.

2.2. A inexistência de uma mulher universal: a branquitude e seus privilégios

*Você é muito graciosa. Embora sendo a única negra
entre as brancas, é bonita. É bonita de verdade.*

Silvio Santos

Com efeito, o gênero não dá conta de expressar toda a essência do indivíduo¹³², a desconstrução do sujeito é uma crítica a toda tentativa universalizante de criar categorias estáticas de sujeitos¹³³. Defender a existência de um sujeito universal – seja homem universal ou mulher universal – é ignorar os interesses particulares por detrás da ideia de homogeneidade e impor uma unidade inexistente.¹³⁴

A universalidade é excludente e revela operações hierárquicas de subordinação e exploração¹³⁵, pois resulta em apresentar a experiência das mulheres em posição de elite – brancas, proprietárias e heterossexuais – como se fosse a experiência de todas as mulheres¹³⁶. Ou seja, impor uma categoria única de mulher é ignorar outras dimensões que marcam privilégios, como a classe e a raça.¹³⁷

¹²⁷ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. p. 149.

¹²⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 18.

¹²⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 241.

¹³⁰ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 79.

¹³¹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 241.

¹³² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 21.

¹³³ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2018. p. 488.

¹³⁴ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 483.

¹³⁵ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 484.

¹³⁶ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 85.

¹³⁷ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 487.

Isso ocorre porque a categoria “gênero” não é exaustiva e, além de não definir o sujeito, é um conceito historicizado e que “estabelece interseções de identidades discursivamente constituídas”.¹³⁸ Logo, “o sujeito não existe prediscursivamente”¹³⁹, sendo “impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”¹⁴⁰.

Dessa forma, a universalização da categoria mulher normaliza identidades e, conseqüentemente, suas opressões.¹⁴¹ Resultando em padrões de comportamento e de conduta que rejeitam as diferenças entre os indivíduos.¹⁴² Portanto, a desconstrução do sujeito masculino universal é tão necessária quanto a desconstrução da existência de uma mulher universal, rompendo, assim, com o entendimento limitado de que a sociedade se divide de maneira binária entre homens e mulheres sem questionar outros elementos dessas categorias.¹⁴³

Por isso parece ser incontestável que a violência sofrida pelas mulheres brancas e negras não é a mesma, do mesmo modo que as mulheres proprietárias sofrem uma opressão distinta da que atinge as mulheres pobres.¹⁴⁴ O racismo, assim como a misoginia, estrutura a sociedade.¹⁴⁵ Por essa razão, enquanto se ignorar a multiplicidade de mulheres, o domínio e a exclusão será a consequência dessa construção.¹⁴⁶

O propósito emancipatório¹⁴⁷ da consciência da identidade de gênero, por conseguinte, não é suficiente para gerar uma solidariedade racial intra gênero¹⁴⁸. Nada obstante, as pautas dessa multiplicidade de mulheres não são necessariamente as mesmas.¹⁴⁹ Por exemplo, enquanto as mulheres brancas lutavam para sair do espaço privado, as negras “nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas”.¹⁵⁰

¹³⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 21.

¹³⁹ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 495.

¹⁴⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 21.

¹⁴¹ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 487.

¹⁴² MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 487.

¹⁴³ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. p. 488.

¹⁴⁴ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 86.

¹⁴⁵ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 87.

¹⁴⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 23.

¹⁴⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 23.

¹⁴⁸ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 87.

¹⁴⁹ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 86.

¹⁵⁰ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 232.

Contudo, apesar de as mulheres negras não desempenharem o papel tradicional de “donas de casa”, elas sempre desempenharam tarefas domésticas.¹⁵¹ Inclusive, realizando tais funções dentro das casas das famílias brancas, sendo “escravas de corpo e alma” de seus empregadores.¹⁵² Isto é, enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, domésticas e babás, as brancas rejeitavam, em sua maioria, os trabalhos dessa natureza.¹⁵³

Assim, as mulheres negras sempre trabalharam, só que, diferentemente das brancas que cuidavam de suas casas, as negras cuidavam do lar das famílias brancas.¹⁵⁴ Ou seja, raramente essas mulheres possuíam tempo para serem “donas de casa”, pois sem segurança econômica, necessitavam carregar o duplo fardo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas.¹⁵⁵

Por outro lado, mesmo não representando todas as mulheres, a imagem de “dona de casa” e mãe ficou atrelada ao modelo universal de feminilidade.¹⁵⁶ Logo, a fraqueza feminina e a submissão de esposa eram características atreladas as donas de casa brancas de classe média, já que as negras deveriam ser fortes para trabalhar.¹⁵⁷

O combate às opressões de gênero, dessa forma, não é suficiente para as mulheres negras serem respeitadas e tratadas como iguais.¹⁵⁸ É necessária uma frente interseccional que considere as questões raciais. Ressalta-se, assim, que a luta antirracista das mulheres negras não anula sua condição de mulher e não torna sua reivindicação por direitos iguais menos legítima do que a das mulheres brancas.¹⁵⁹

Dentro dessa perspectiva, não é possível analisar o tecido social sem pautar a questão racial.¹⁶⁰ O contexto multirracial brasileiro marca a socialização dos indivíduos a partir da sua cor da pele.¹⁶¹ Assim, enquanto houver a supervalorização da branquitude, a subjetividade dos

¹⁵¹ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 233.

¹⁵² DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 98-99.

¹⁵³ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 98.

¹⁵⁴ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 233.

¹⁵⁵ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 233.

¹⁵⁶ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 231.

¹⁵⁷ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 232.

¹⁵⁸ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 234.

¹⁵⁹ DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. p. 73.

¹⁶⁰ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018. p. 97.

¹⁶¹ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/en.php>>. Acesso em: 03 out. 2018. p. 14.

sujeitos será marcada por questões raciais¹⁶² e a configuração do poder será pautada por ideias de pureza e superioridade racial¹⁶³.

Nessa toada, é necessário destacar que embora o preconceito racial recaia de maneira extremamente mais cruel nas pessoas negras – havendo diversos projetos de extermínio da população negra¹⁶⁴ – essa discriminação está diretamente relacionada aos privilégios raciais associados aos brancos¹⁶⁵. Ou seja, o branqueamento social não é um problema do negro.¹⁶⁶ As pessoas brancas não são apenas favorecidas, elas são produtoras ativas dessa estrutura racista que propaga um falso discurso de democracia racial.¹⁶⁷

Assim como a história é essencialmente masculina, ela é essencialmente branca. As vozes negras foram silenciadas, enquanto a elite branca ditava as linhas da história.¹⁶⁸ Criando-se como referência e padrão, a branquitude foi fortalecida em detrimento das demais, sendo legitimada a partir de uma suposta supremacia econômica, política e social.¹⁶⁹ Esses traços quase perfeitos, forjaram um mecanismo que produz desigualdades raciais de forma a assegurar que a hierarquia social tenha cor ao mesmo tempo que não seja apresentada como privilégio de raça.¹⁷⁰

Por isso, é crucial compreender que o processo de branqueamento é fruto da projeção do branco sobre o negro, marcado pelo medo e pelo silêncio, que são as bases que estruturam o privilégio.¹⁷¹ Os signos que marcam esse sujeito branco não são apenas genéticos, mas sobretudo construídos a partir do local simbólico de poder ocupado por esses indivíduos.¹⁷² Desse modo, “a

¹⁶² SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 14.

¹⁶³ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 97.

¹⁶⁴ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 100.

¹⁶⁵ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 14.

¹⁶⁶ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 5-58, 2002. Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018. p. 01.

¹⁶⁷ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 14.

¹⁶⁸ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 01.

¹⁶⁹ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 01-02.

¹⁷⁰ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 14.

¹⁷¹ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 14.

¹⁷² SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 22-23.

racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco”¹⁷³ e para o branco.

Além disso, o anseio pela manutenção do privilégio racial – combinado ou não com a rejeição aos negros¹⁷⁴ – fortalece as sociedades de normalização em que o Estado atua para produzir a morte racializada¹⁷⁵. Esses indivíduos recrutados a morrer, são eliminados visando garantir uma sociedade pura e saudável.¹⁷⁶ Uma sociedade branca em que o negro não deve penetrar.¹⁷⁷

Assim, a omissão do papel ocupado pelo branco na perpetuação de desigualdades raciais¹⁷⁸ ignora a apropriação cultural da branquitude na produção e constituição dos sujeitos¹⁷⁹. É justamente a falta da reflexão do papel desses indivíduos que permite a manutenção do preconceito, isentando os brancos de refletirem sobre as injustiças raciais.¹⁸⁰

À vista disto, o presente trabalho, por compreender que a universalidade é excludente e entender que é também necessário estudar a branquitude, realizará uma pesquisa com o recorte da mulher branca. Entretanto, isso não significa que se ignora o racismo estrutural que extermina a população negra. Pelo contrário, reconhece-se que o racismo é o fundamento da morte e é a base das políticas de eliminação.¹⁸¹

O aniquilamento desses corpos, todavia, perpassa a ideologia racista e sexista que exige padrões estéticos de branquitude.¹⁸² Os cabelos devem ser lisos, os traços afinados e a pele clara.¹⁸³ Esse é o padrão de beleza exigido do feminino, para que possa ser consumido, mesmo que depois esse mesmo corpo seja possivelmente descartado. A identificação com a branquitude, portanto, é um dos pilares que construiu a sociedade de consumo.

¹⁷³ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 16.

¹⁷⁴ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 04.

¹⁷⁵ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 99.

¹⁷⁶ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 99.

¹⁷⁷ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 26.

¹⁷⁸ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 22.

¹⁷⁹ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 102.

¹⁸⁰ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 02.

¹⁸¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 100.

¹⁸² SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 90.

¹⁸³ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 90.

Dandara dos Santos, presente!

3. As várias violações do feminino

Beleza e elegância, seja em uma mulher, um edifício ou uma obra de arte, é apenas superficial ou algo agradável de se ver. (...) Mulheres são, em essência, objetos esteticamente agradáveis.

Donald Trump

A sociedade atual é marcada pela supervalorização do corpo, sobretudo do corpo feminino.¹⁸⁴ Porém, não é qualquer corpo que é valorizado. Ele deve atender a “unidade”¹⁸⁵ de gênero¹⁸⁶ – ser inteligível – além de ser bonito, jovem e atraente, sendo este praticamente um requisito de sobrevivência e um meio para se atingir a felicidade¹⁸⁷. Não à toa, àquelas que rejeitam tal imposição ou não conseguem a atingir são rejeitadas e culpabilizadas.¹⁸⁸

A beleza dos corpos, entretanto, é associada a qualificações distintas. Enquanto ao homem ser belo é ter traços agressivos e exagerados, fruto da constante busca pela virilidade¹⁸⁹, a mulher bela é a mulher jovem, cis, branca e magra¹⁹⁰. Nesse contexto, o corpo fica “à mercê de seus signos”¹⁹¹ e a imagem da mulher acaba por se confundir com a da beleza. Isto é, a mulher deve ser bela, caso contrário “não será totalmente mulher”.¹⁹²

¹⁸⁴ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 49-59, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018. p. 54

¹⁸⁵ A unidade de gênero seriam as imagens corporais que tem o gênero decorrente do sexo. cf. ¹⁸⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 44.

¹⁸⁶ ¹⁸⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 67.

¹⁸⁷ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-186, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018. p. 180; p. 177.

¹⁸⁸ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 180.

¹⁸⁹ VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 109-144, mar. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018. p. 125.

¹⁹⁰ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 477-506. p. 495.

¹⁹¹ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 478.

¹⁹² VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. p. 113.

A imagem dos corpos (femininos) ideias, dessa forma, permeia o ideário social e cria objetos sem identificação, mas que estão diretamente ligados ao sucesso.¹⁹³ “Da moda do corpo ao corpo da moda”¹⁹⁴, o natural e, conseqüentemente, o real vão perdendo o espaço e o corpo máquina vai fortalecendo-se e tornando-se quase inseparável da condição humana.¹⁹⁵ Entretanto, estas modificações devem estar dentro dos limites da heteronormatividade, sob pena de morte.¹⁹⁶

A beleza, assim, está intimamente ligada à dor, pois a construção de um corpo belo exige, muitas vezes, dispêndio de tempo e dinheiro.¹⁹⁷ Revelando outra faceta perversa da ditadura da beleza: o belo não é para todas. E, como tudo que não é para todas, é excludente. Percebe-se, então, que a feiura hoje é uma forma de exclusão socialmente válida.¹⁹⁸

Além disso, o controle sobre o feminino está também nos detalhes, a feiura, além de ser associada à gordura e ao envelhecimento¹⁹⁹, é associada ao cuidado: a unha deve estar pintada, a maquiagem impecável, não pode haver nenhum pelo, as roupas devem estar de acordo com as tendências da estação e o cabelo deve ser liso e não pode possuir nenhum fio branco²⁰⁰. Caso contrário, a mulher é desleixada e, conseqüentemente, menos mulher.

Até mesmo a fertilidade influencia na imagem do feminino. Para estar completa é necessário ter filhos e um bom marido, sob pena de ser inacabada. A mulher estéril, nessa toada, é completamente desprezada, afinal jamais será totalmente mulher.²⁰¹ Ou seja, deve-se ter um corpo ideal, dócil e submisso, que seja manipulado pelo marido²⁰² e pelo mercado²⁰³.

¹⁹³ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 480.

¹⁹⁴ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 478; p. 481.

¹⁹⁵ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 478; p. 481.

¹⁹⁶ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 27, n. 2, e3770017, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200326&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018. p. 06.

¹⁹⁷ VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. p. 125.

¹⁹⁸ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 477.

¹⁹⁹ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 477.

²⁰⁰ VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. p. 125.

²⁰¹ HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença.** p. 91.

²⁰² Essa submissão da mulher ao marido é marcada desde o seu casamento. Não à toa, nas cerimônias religiosas ao se exteriorizar a concretização do casamento o representante de fé declara “marido e mulher”. Como se apenas naquele momento aquela pessoa se tornasse de fato mulher. Nessa lógica, ela pertence ao marido e, portanto, o direito ao seu corpo é transferido àquele homem, como se ele fosse seu proprietário. Um exemplo disso é a defesa durante muito tempo da impossibilidade de haver estupro dentro do casamento, já que era dever da mulher – como objeto de gozo – atender aos desejos do marido. cf.: BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 42.

²⁰³ SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 137-165,

Essa ideologia da beleza acaba por convencer o feminino de que elas não possuem o controle sobre suas vidas, restando-lhes poucas opções.²⁰⁴ A moda, portanto, como todo culto, insere-se no seio social criando ditames, moldando indivíduos e imputando significados próprios aos corpos gentrificados.²⁰⁵ Isso significa que um corpo belo é sinônimo de visibilidade, sucesso, felicidade e, até mesmo, de saúde.²⁰⁶ Utiliza-se, assim, a indústria da beleza como mecanismo para impor padrões e normalizar o feminino.²⁰⁷

A imagem da mulher é fruto de uma construção artificial – via de regra, no marco contemporâneo, pela mídia²⁰⁸ – para criar um objeto de desejo consumível.²⁰⁹ E como objeto de gozo, a mulher deve ser sensual, jovem e bela, atendendo às fantasias da sociedade de consumo. Quando a ambição é de gozo a qualquer custo, o corpo se torna o principal depositário dessas vontades.²¹⁰

A fetichização²¹¹ do feminino, nesse contexto, insere-se nas criações culturais que condicionam aos gêneros papéis e funções sociais específicas e distintas.²¹² Sendo o corpo o principal lócus de disputa. Isto é, quando a identidade da mulher é associada ao seu corpo, ele deixa de ser sua mera imagem, mas passa a ser parte de sua própria essência: “tudo que sou é o meu corpo”.²¹³

mar. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018.

²⁰⁴ BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. p. 177.

²⁰⁵ VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sérgio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. p. 118.

²⁰⁶ SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. p. 154.

²⁰⁷ NASCIMENTO, Christiane Moura; PROCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 385-404, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018. p. 398

²⁰⁸ SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. p. 142.

²⁰⁹ BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. **Cad. Pagu, Campinas**, n. 21, p. 103-131, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018. p. 131.

²¹⁰ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 54.

²¹¹ O fetiche é incorporado na nossa sociedade sob diversos contextos, representando, de certo modo, uma “propriedade mágica do objeto fetichizado”. Sendo assim, compreende-se que o termo possui distintos significados. Porém, no presente trabalho, será adotada a concepção de conceito erótico do fetiche, cf.: BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. p. 105-106.

²¹² BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. p. 131.

²¹³ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 489.

Dentro dessa lógica, o corpo é político²¹⁴, é um dos objetos que mais possui valores simbólicos relevantes²¹⁵ e, como propriedade privada²¹⁶, desperta grande interesse nas pessoas e na mídia²¹⁷. Inserindo-se, cada vez mais, na lógica da cultura do consumo.²¹⁸ O corpo feminino, assim, é sinônimo de capital e de investimento pessoal.²¹⁹ É o mais belo objeto de consumo do homem.²²⁰

Esse corpo objeto, então, carrega os valores de sua sociedade, determinando, inclusive, os rumos da tecnologia e da medicina, as quais passam a buscar soluções para manter esses corpos jovens e belos.²²¹ Se ser bela é o oposto de ser gorda e pesada, toda mulher deve ser magra e esbelta, mantendo-se em conformidade com os signos que carregam e a funcionalidade dos seus corpos objetos.²²²

As mulheres feias, nesse contexto, “não são somente objetos sem encantos: suscitam um ódio impregnado de medo”.²²³ Pois, nessas sociedades de consumo, “a beleza tornou-se para a mulher imperativo absoluto e religioso”.²²⁴ É o signo principal que deve carregar consigo, é a garantia do êxito no plano dos negócios.²²⁵

Mas, se a beleza está ligada à juventude, como vencer a batalha contra o tempo? A realidade é que isso não é possível. Esse inimigo fabricado é implacável e inexorável, revelando como elas nunca saíram vitoriosas, pois estão lutando contra si e se perdendo no espelho enquanto procuram por si mesmas.²²⁶ Cada vez menos donas de seus corpos, as mulheres acabam presas nos mecanismos de regulação social.²²⁷

²¹⁴ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 481.

²¹⁵ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 172.

²¹⁶ NASCIMENTO, Christiane Moura; PROCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. p. 386.

²¹⁷ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 172.

²¹⁸ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 172.

²¹⁹ NASCIMENTO, Christiane Moura; PROCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. p. 386.

²²⁰ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos, 1995. p. 136.

²²¹ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 484.

²²² BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 149-150.

²²³ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. P. 223-224.

²²⁴ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 140.

²²⁵ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 140.

²²⁶ VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. p. 138.

²²⁷ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 493.

Nessa luta sem vencedoras, o que torna a beleza tão absoluta é justamente sua faceta como forma de capital.²²⁸ A ética da beleza imputa valores de uso aos corpos, em que acaba se resumindo ao fazer-valer de satisfazer a lasciva do homem.²²⁹ Logo, as propriedades culturais são fruto de esquemas de percepções que impõem posições hierárquicas aos modelos corporais que atendem a esses desejos.²³⁰

O corpo, assim, como símbolo social culturalmente construído²³¹ revela o limite da independência dos indivíduos em relação à sociedade²³², pelos signos atribuídos a ele e sua exteriorização dentro do seio social²³³, é possível entender até que ponto uma identidade é de fato escolhida²³⁴, visto que nas sociedades de consumo a imagem do corpo é dominada por uma estética ideal²³⁵.

Essa estética ideal do feminino, contudo, não é para todos os corpos. Ela deve manter os gêneros inteligíveis. Isto é, conservar a coerência entre sexo, gênero, prática social e desejo.²³⁶ Caso contrário essa identidade não pode existir.²³⁷ A regulamentação binária da sociedade busca, a todo custo, aniquilar as multiplicidades subversivas que rompem com a hegemonia da heteronormatividade.²³⁸ Sendo assim, mulheres como Dandara dos Santos, em que a performance do gênero não decorre do sexo²³⁹, não podem existir.

O corpo trans, portanto, rompe com uma aparente normalidade²⁴⁰, ultrapassa os limites da inteligibilidade cultural e expande as fronteiras sociais²⁴¹. Cria-se, produz-se e modela-se um corpo para ser admirado, observado e consumido.²⁴² E esse corpo não pode fugir das marcas que

²²⁸ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 140.

²²⁹ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 141.

²³⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 94.

²³¹ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 177.

²³² NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 483.

²³³ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 177.

²³⁴ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 483.

²³⁵ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 183.

²³⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 43.

²³⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 44.

²³⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 47.

²³⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 44.

²⁴⁰ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 06.

²⁴¹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 63.

²⁴² MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 183.

o qualificam como corpos humanos.²⁴³ Essa “fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos”²⁴⁴ deve seguir a ordem natural ou será desprovido de qualquer direito e liberdade²⁴⁵.

O controle sobre esse corpo que transgride as normas sociais revelam uma fragmentação moral e política que diagnostica, cataloga e condena esse sujeito como estranho e, conseqüentemente, plausível a morte.²⁴⁶ Sem qualquer apoio ou proteção, mulheres como Dandara, se tornam abjeto para outros – e muitas vezes para si mesmos – sendo excluídas, inclusive, da indústria da beleza.²⁴⁷ O rompimento com a pretensa estabilidade do gênero faz com que essas mulheres não se enquadrem nem mesmo como reais²⁴⁸ e, por essa razão, seguem uma outra lógica de mercado.

A indústria da beleza, conforme vem sendo demonstrado, é pensado para produzir um tipo específico de mulher, embora todas sejam transformadas em objetos, que deverão – a partir de seus corpos, supostamente, dóceis e submissos²⁴⁹ – atender ao controle de seu proprietário.²⁵⁰ Ressaltando-se, ainda, que esse proprietário, não por acaso, é o mesmo sujeito detentor da caneta que conduz as linhas da história.

Não à toa, outra característica que marca o corpo belo é a pele clara, cabelos lisos e traços finos.²⁵¹ Os traços idealizados são aqueles que distanciam a mulher dos marcos culturais da negritude.²⁵² Logo, aquelas que não atendem às características impostas pelo mercado, de antemão, já estarão abaixo na hierarquia de gênero e, conseqüentemente, serão mais vulneráveis.²⁵³

²⁴³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 193.

²⁴⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 236.

²⁴⁵ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 06.

²⁴⁶ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 06.

²⁴⁷ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 06.

²⁴⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. p. 241.

²⁴⁹ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 181-182.

²⁵⁰ SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. p. 149.

²⁵¹ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. p. 90.

²⁵² SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. p. 102.

²⁵³ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. p. 90.

Nesse contexto, quando o corpo se torna um objeto de mercado²⁵⁴, em que a lógica capitalista da propriedade privada se aplica às relações sociais da mulher²⁵⁵, esse feminino objetificado acaba dissociado do seu corpo, passando apenas a carregar os signos do mercado²⁵⁶. Além disso, a necessidade de consumir esse corpo objetificado, faz dele o mais belo de todos os objetos e também o mais desejado.²⁵⁷

Por conseguinte, como todo capital²⁵⁸, o corpo é alvo de trabalhosos investimentos, o qual, à luz do mito da libertação, acaba por ser mais alienante que a própria exploração da força de trabalho.²⁵⁹ Dotado de um valor de troca²⁶⁰, nas malhas do capitalismo, a mulher tem seu corpo constantemente consumido²⁶¹ e regulado a partir do estatuto social que segue o princípio normativo do prazer e da rentabilidade²⁶².

O corpo, assim, é a propriedade privada onde tudo é permitido²⁶³, já que é no corpo da mulher que o “homem experimenta sensivelmente a decadência da carne”²⁶⁴. O corpo ideal, portanto, é o corpo objeto de consumo e de prazer²⁶⁵, é aquele que tem um valor de mercado e um valor estético a ser consumido²⁶⁶, é aquele que permite a maior das conquistas²⁶⁷: a dominação-exploração do homem sobre a mulher.

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, dessa forma, é fruto da cultura da mulher objeto, que apenas possui valor de troca e que permite a perpetuação do capital simbólico em poder dos homens.²⁶⁸ Para tanto, utiliza-se da ditadura da beleza, pois o estado de insegurança

²⁵⁴ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 482.

²⁵⁵ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 136.

²⁵⁶ SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. p. 146.

²⁵⁷ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 136.

²⁵⁸ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 484.

²⁵⁹ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 139.

²⁶⁰ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 484.

²⁶¹ NASCIMENTO, Christiane Moura; PROCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. p. 389.

²⁶² BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 139.

²⁶³ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 50.

²⁶⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. p. 223.

²⁶⁵ NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 484.

²⁶⁶ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 55.

²⁶⁷ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. p. 184.

²⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 66.

corporal e, também, de dependência simbólica reforça a dominação masculina e garante objetos receptivos, atraentes e disponíveis.²⁶⁹

Nessa lógica, a expressão “ter uma mulher” transmite um duplo sentido, pois “as funções de objeto e de juiz não se acham dissociadas”.²⁷⁰ Marcando, então, a necessidade de mostrar “sua mulher” sendo consumida como se produto fosse.²⁷¹ E, por de trás desse corpo privatizado, está a conjuração maligna de repressão, que permite que se faça o que se deseja e como se deseja com o objeto adquirido.²⁷²

Ocorre que essa forma de encarar a mulher faz com que ela seja vista apenas para manipulação do gozo.²⁷³ E, como tudo que é objeto de consumo, leva a uma rápida e temporária aquisição e depois se busca um novo objeto para nova satisfação.²⁷⁴ A mulher, portanto, serve apenas como instrumento, podendo ser facilmente eliminada como um “dejeito quando não mais servir para sua função abjeta”.²⁷⁵ As mortes dessas mulheres objetos, assim, são apenas cenas triviais nas páginas da história oficial.²⁷⁶

3.1. As várias guerras do feminino: a descartabilidade dos corpos objetos

*Se o homem dissesse uma coisa e a mulher outra, a vida seria uma desgraça.
Só o homem deve dizer algo, e a mulher se dispor a fazê-lo.*

Mahatma Gandhi

Contudo, a morte desse feminino descartado não é fruto de uma ação utilitária, mas representa a marca deixada pelo poder do soberano, que define quem pode viver e quem deve

²⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 96.

²⁷⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. P. 252.

²⁷¹ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 57.

²⁷² BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 149.

²⁷³ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 25-26.

²⁷⁴ CASADORE, Marcos Mariani; HASHIMOTO, Francisco. Reflexões sobre o estabelecimento de vínculos afetivos interpessoais na atualidade. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 177-204, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 29 jun. 2018. p. 189.

²⁷⁵ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. p. 26.

²⁷⁶ PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. p. 185.

morrer.²⁷⁷ Esse poder e a subordinação do feminino são produtos da mesma estrutura racista e sexista que permite a usurpação de um sujeito pelo outro.²⁷⁸ E, para que este sujeito adquira o status de poder e, consequentemente, da masculinidade, é necessário que o outro – no caso, a mulher – não o tenha.²⁷⁹

Nesse contexto, o gênero, como organizador das experiências no mundo social²⁸⁰, configura a forma elementar de poder²⁸¹. O sujeito masculino, assim, apresenta-se como modelo humano enunciador da esfera pública, defensor do suposto interesse geral e do valor universal. Já à mulher, resta ser o sujeito fora da política.²⁸² Por isso a necessidade social em gentrificar os corpos. Não há razão para tal divisão se não atender as necessidades econômicas da heterossexualidade.²⁸³

O corpo gentrificado, dessa forma, é controlado pelo poder do soberano que reforça as relações de dominação entre os sexos e cria a falsa sensação de que os sujeitos gozam do controle sobre seus próprios corpos. Quando, na verdade, é sempre o mesmo sujeito masculino e branco que detém o poder sobre todos os corpos – inclusive o feminino.²⁸⁴ Essa mulher, dominada e disciplinada, é colocada em posição de subordinação e obediência²⁸⁵, sendo consumida a partir dos desejos do mercado, que padroniza seu corpo e define seu tempo de duração²⁸⁶.

O corpo feminino, por conseguinte, é fundado e regulado pelo princípio do prazer.²⁸⁷ Sendo objeto de gozo, custe o que custar.²⁸⁸ Logo, a banalidade desse corpo objeto permite sua rápida eliminação²⁸⁹, pois a “coisa” de um dia para o outro pode ser reclassificada de boa para

²⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 286.

²⁷⁸ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. In: SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. p. 21-53. p. 31.

²⁷⁹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 40.

²⁸⁰ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 08.

²⁸¹ SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 19.

²⁸² SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 20.

²⁸³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 196.

²⁸⁴ MUNIZ, Elsa. Pensar el cuerpo de las mujeres: cuerpo, belleza y feminidad. Una necesaria mirada feminista. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 415-432, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2018. p. 430.

²⁸⁵ SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 19.

²⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 146-147.

²⁸⁷ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. p. 69.

²⁸⁸ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. p. 26.

²⁸⁹ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. p. 26.

algo facilmente descartável²⁹⁰. Percebe-se, assim, a relação direta entre o capital e a morte, entre a acumulação de corpos objetos e a sua descartabilidade.²⁹¹

O uso e abuso desses corpos, a mercê do próprio gozo, permite a violação e aniquilamento da vontade do feminino, que perde o controle sobre seu corpo e, conseqüentemente, sobre sua vida.²⁹² E, a partir dessa construção social, organiza-se a relação entre os sujeitos²⁹³, criando um processo de alienação e separação de corpos gentrificados que carregam as marcas que constroem e definem a sua história²⁹⁴.

Mas, qual a consequência dessa binarização dos indivíduos? A fabricação desses corpos gentrificados²⁹⁵ resulta na construção do homem como o sujeito de direito abstrato, dotado de liberdade, autonomia e dignidade²⁹⁶. Não à toa, embora se acredite que todos os indivíduos são dotados de direitos²⁹⁷, estes carecem de alcance universal²⁹⁸. Pois, para se ter direitos, primeiro é preciso ser considerado humano.²⁹⁹

A sociedade ao produzir indivíduos humanos e não humanos – sujeitos desumanizados – permite a criação de uma parcela de vidas extra-humanas, obrigadas a viver e destinadas a morrer.³⁰⁰ E entre esses sujeitos desumanizados, está a mulher objeto, a qual tem sua vida e sua morte como parte das cenas triviais do cotidiano³⁰¹ que não farão parte dos livros da história. Sem direito à vida, as mulheres continuam lotando bibliotecas invisíveis.

Não obstante, é necessário ressaltar que há muitas leis que supostamente foram criadas para proteção dos corpos femininos. Contudo, a mera letra morta da lei não é capaz de conter a

²⁹⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. p. 143.

²⁹¹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 33.

²⁹² SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 38.

²⁹³ MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. P. 181-182.

²⁹⁴ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 52.

²⁹⁵ Ressalta-se, aqui, que o gênero, conforme já demonstrado, não é algo natural, mas fruto da construção de um discurso que cria identidades primárias e estáveis. cf. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. p. 236.

²⁹⁶ FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, Dhyego Câmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 05 ago. 2018. p. 118-119.

²⁹⁷ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. Trad. Fermpin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 51.

²⁹⁸ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. p. 122.

²⁹⁹ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. p. 122.

³⁰⁰ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. p. 123.

³⁰¹ BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. p. 26.

descartabilidade da mulher, que continua vulnerável e refém das agressões letais do masculino.³⁰² Isso ocorre porque o discurso legal apenas descreve o mundo como ele deveria ser, a partir do ponto de vista dos legisladores eleitos³⁰³, os quais são os mesmos detentores da caneta capaz de ditar as linhas da história³⁰⁴.

Esse sistema articulado para perpetuar a subordinação da mulher, mantém a violência estrutural da ordem social e econômica, alimentando o ciclo de violência e consumo dos corpos femininos.³⁰⁵ A lei natural, dessa forma, reproduz essa violência e reforça a hierarquização entre os corpos gentrificados e racializados.³⁰⁶ O sexismo e o racismo, portanto, sustentam os procedimentos de crueldade moral e trabalham juntos para manter a vulnerabilidade dos sujeitos subalternos, ou seja, perpetuando a dominação dos corpos femininos e feminizados.³⁰⁷

Os corpos femininos, assim, carregam vários significados. São, ao mesmo tempo, fonte de lucro e objeto de dominação jurisdicional, traduzindo a ordem moral da sociedade marcada pela utilização dos corpos como propriedade privada.³⁰⁸ Isso resulta numa coalizão de narrativas sobre esses corpos, os quais tentam a todo custo derrotar a morte, utilizando-se de práticas de beleza, numa investida desesperada de permanecerem desejados.³⁰⁹ Entretanto, a manutenção dessas

³⁰²SEGATO, Rita Laura. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. In: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 97.

³⁰³ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. In: SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. p. 131-148. p. 143-144.

³⁰⁴A representação feminina no Congresso Nacional é extremamente baixa, 9,94% na Câmara dos Deputados (SENADO FEDERAL. **Número de mulheres deputadas cresce 8,5% em relação à bancada atual**. Mar. 2016. Senado Notícias. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/17/numero-de-mulheres-deputadas-cresce-8-5-em-relacao-a-bancada-atual>>. Acesso em 25 maio 2017.) e 16% no Senado Federal (MONTEIRO, Ester. Lugar de mulher também é na política. **Senado Federal**. Mar. 2016. Senado Notícias. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em 25 maio 2017.), o que revela, mais uma vez, o caráter masculino das legislações.

³⁰⁵SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 145.

³⁰⁶SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 146.

³⁰⁷ SEGATO, Rita Laura. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. In: SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. p. 107-130. p. 121.

³⁰⁸ SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 21.

³⁰⁹ MUNIZ, Elsa. Pensar el cuerpo de las mujeres: cuerpo, belleza y feminidad. Una necesaria mirada feminista. p. 429-430.

práticas apenas fortalece a ideia de corpo objeto, resultando numa consequente decadência individual.³¹⁰

Para compreender essa disputa, é preciso voltar algumas páginas e perceber que a apropriação do corpo feminino performático foi a primeira colônia do homem.³¹¹ Foi neste corpo que se travaram diversas batalhas. Sendo extensão dos territórios conquistados, as mulheres carregam as vitórias e as derrotas dessa guerra contemporânea.³¹² Como sabiamente Hanifa Assulua, personagem da obra “Confissão da Leoa”, desabafa com sua filha Marimar: para as mulheres não há tempos de paz, despertam todas as manhãs dentro de uma antiga e infindável guerra.³¹³

Desde as guerras tribais, o corpo das mulheres é o principal território de disputa.³¹⁴ Elas são as terras conquistadas e, conseqüentemente, terminam empilhadas como objetos que não servem mais.³¹⁵ Nessa guerra, ainda existente, a violência e a conquista pelo corpo delineiam os traços do cotidiano³¹⁶ e como todo campo de batalha, as mulheres saem desse conflito (sem vitórias) com suas vidas destruídas³¹⁷.

Não obstante, a violência é tida como único mecanismo de controle dos territórios, a pedagogia da crueldade é uma estratégia de manutenção do sistema.³¹⁸ A morte do feminino, dessa forma, adquire um papel funcional dentro desta batalha³¹⁹, pois o caráter territorial dos corpos interage com a gestão dos governos, extraindo controle das subjetividades e participando das estratégias biopolíticas de dominação³²⁰.

³¹⁰MUNIZ, Elsa. Pensar el cuerpo de las mujeres: cuerpo, belleza y feminidad. Una necesaria mirada feminista. p. 429-430.

³¹¹SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 19.

³¹²DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. **Revista Virtual de Letras**. v. 08. n. 1. jan./jul. 2016. p. 678-692. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/344.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018. p. 679.

³¹³COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 135.

³¹⁴SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. In: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 58.

³¹⁵SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 47.

³¹⁶SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. In: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 138.

³¹⁷DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 679.

³¹⁸SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 61-62.

³¹⁹SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. In: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 155.

³²⁰SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 67-68.

Esse corpo, inscrito como território, adquire status de centralidade nas disputas por controle e (bio)poder.³²¹ O Estado, nesse contexto, utiliza deste mecanismo para produção de sujeitos dóceis³²², já que os corpos femininos são agentes passivos nessas guerras atuais – infiltrando-se, inclusive nos textos legais³²³. Portanto, são estes corpos que carregaram as marcas dessa disputa.³²⁴

Esse campo de batalha, regado de violências e agressões, caracteriza a estrutura hierárquica entre os sexos³²⁵ e representa a destruição do inimigo: o corpo feminino ou feminizado³²⁶. Utiliza-se, assim, tudo que este corpo objeto pode oferecer, até seu último suspiro.³²⁷ E na linguagem do feminicídio, esse corpo é descartado em nome de um bem maior, de um suposto bem coletivo. É consumido e absorvido naturalmente pela sociedade.³²⁸

Os crimes de gênero, dessa forma, são crimes de guerra, de demarcação de (bio)poder e de uma discricionariedade soberana.³²⁹ As violências contra as mulheres participam de um mecanismo de dominação e subordinação do feminino, impondo a este corpo um único destino: a submissão.³³⁰

3.2. Submissão, poder e controle: as diversas facetas da violência contra mulher

Se está com desejo sexual, estupra, mas não mata.

Paulo Maluf

Esse corpo objeto dominado, subordinado e violentado pertence a todas as mulheres³³¹, ainda que essa violação se apresente de forma diferente de acordo com outras características do feminino. Todas estão incluídas no menu das feras, não importa a cor ou o cargo que ocupe.³³² A

³²¹SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 69.

³²²SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 68.

³²³SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 143.

³²⁴SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 68.

³²⁵SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 29.

³²⁶SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 80.

³²⁷SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 58.

³²⁸SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 46.

³²⁹SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 81.

³³⁰SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 82;

³³¹SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 32.

³³²COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 71.

sujeição é exigida de uma mulher genérica, revelando que todas devem se submeter à ordem da dominação masculina e, assim, manter intacto o sistema hierárquico de subordinação entre os sexos.³³³

Na mesma toada, está a ideia de sujeito masculino. Não se trata de um indivíduo em específico, mas de um modelo de práxis e inteligibilidade de um sistema baseado nas noções do poder soberano.³³⁴ Logo, o ser homem e o ser mulher³³⁵ estão condicionados aos valores, expectativas e atitudes definidas pelo ideário social³³⁶, construído pelo mesmo sujeito natural que escreve e é detentor do poder da palavra: o homem branco, proprietário, letrado e heterossexual³³⁷.

Isso resulta num efeito paradigmático do biopoder, que organiza uma rede de corpos – sobretudo de corpos femininos – que passam a ser tidos como territórios e essa territorialidade resulta em uma superfície em constante expansão.³³⁸ Essa função desempenhada pelos corpos femininos e feminizados compõe, então, o cenário da guerra atual.³³⁹ Guerra esta que não precisa velar suas vítimas, pois essas mulheres há muito tempo já foram enterradas.³⁴⁰

Ocorre que essa crueldade misógina e racista transforma o sofrimento desses corpos em um espetáculo banal e cotidiano, como se fosse algo natural à vida humana.³⁴¹ Usados e abusados – sem consentimento – os corpos objetos são constantemente violados.³⁴² Surge, assim, uma estrutura sem sujeito, em que se permite consumir esse feminino e utilizar esse corpo até o seu fim.³⁴³

³³³SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 32.

³³⁴BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. Trad. Fermpin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 73.

³³⁵Assim como as mulheres, os corpos feminizados – aqueles que carregam os significantes da feminilidade associados as mulheres – também estão sujeitos a dominação-exploração e subordinação do masculino. cf. SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 23.

³³⁶INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2018. p. 379.

³³⁷SEGATO, Rita Laura. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. p. 94.

³³⁸SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 68.

³³⁹SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 59.

³⁴⁰COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 43.

³⁴¹SEGATO, Rita Laura. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. p. 103.

³⁴²SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 22.

³⁴³SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 23.

Neste quadro de violência estrutural, as agressões permeiam todos os espaços sociais, incidindo sobre o feminino em todas as esferas existentes (doméstico-familiar, pública e, também, internacional).³⁴⁴ É uma violência expressiva e instrumental cuja finalidade é o controle absoluto do feminino.³⁴⁵ Esse fenômeno, que transcende fronteiras, perpetua uma estrutura hierárquica que se manifesta com diversas variações e que, por essa razão, não constitui, necessariamente, um delito.³⁴⁶

A violência moral e psicológica³⁴⁷ são um exemplo disto. Embora sejam formas recorrentes e eficazes de subordinação e opressão do feminino, por não terem suas consequências tão aparentes como as agressões físicas, são violências socialmente aceitas e, conseqüentemente, raramente denunciadas.³⁴⁸ Não obstante, essas são formas de violências que reforçam as desigualdades de gênero, por serem caracterizadas pelas suas disseminações massivas na sociedade, sendo naturalizadas a partir de valores morais, religiosos e familiares que justificam as suas ocorrências.³⁴⁹

A violência psicológica, por conseguinte, é um eficiente meio de controle social, em que se reproduzem as desigualdades entre os sexos e naturaliza a dominação masculina nas relações cotidianas.³⁵⁰ Na América Latina, segundo a antropóloga Rita Laura Segato, os mecanismos mais

³⁴⁴ ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 329-340, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2017. p. 329.

³⁴⁵ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 39.

³⁴⁶ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 25-26; p. 30.

³⁴⁷ A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), no Art. 7º, Inc. II, conceitua violência psicológica como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;” e violência moral, Art. 7º, Inc. V, como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. cf. BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 08 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

³⁴⁸ SEGATO, Rita Laura. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. p. 115.

³⁴⁹ SEGATO, Rita Laura. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. p. 115.

³⁵⁰ SEGATO, Rita Laura. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. p. 114-115.

recorrentes de violência moral contra mulher são: a) controle econômico; b) controle de sociabilidade (limitando sua rede de relacionamento); c) controle de mobilidade (limitando os espaços por elas frequentados); d) menosprezo moral (por exemplo, por meio de insultos); e) menosprezo estético; f) menosprezo sexual; g) desqualificação intelectual; e h) desqualificação profissional.³⁵¹

A mulher, portanto, sofre violência por meio de diversas facetas³⁵², não apenas fisicamente. Por isso, quando se instaura um sistema de comunicação violenta é muito difícil eliminá-lo.³⁵³ Isso se dá porque todo ato de violência – como gesto discursivo – carrega uma assinatura, que revela o sujeito por de trás da agressão.³⁵⁴ Não à toa, esses corpos femininos sofrem violência simbólica por uma via dupla, tanto por supostamente não possuírem os signos valorizados pelo masculino, quanto por eventualmente adquirirem características socialmente atribuídas ao masculino.³⁵⁵

Logo, a erradicação da violência contra mulher exige alterar todas as relações entre os sexos, modificando, inclusive, as percepções de normalidade.³⁵⁶ Essa naturalização dos maus tratos fica evidente ao se analisar a pesquisa realizada pela antropóloga Rita Laura Segato, a qual questionando algumas mulheres, por meio de perguntas genéricas, se já foram vítimas de alguma violência doméstica obteve majoritariamente o não como resposta.³⁵⁷ Porém, ao realizar perguntas mais específicas, dando exemplos de casos de violência, essa resposta rapidamente mudou.³⁵⁸ Revelando como a violência está naturalizada nas relações sociais a ponto de, em alguns casos, não ser identificada como tal nem mesmo pelas próprias vítimas.

³⁵¹ SEGATO, Rita Laura. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. p. 116-117.

³⁵² Nos termos do Art. 7º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode se dar por meio de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. cf. BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006.

³⁵³ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 45.

³⁵⁴ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 39.

³⁵⁵ DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 680-681.

³⁵⁶ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 133.

³⁵⁷ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 132.

³⁵⁸ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 132.

Por outro lado, a vulnerabilidade social dos corpos – como local público e de desejo – constitui esse sujeito feminizado, que é suscetível à violência justamente pela sua constante exposição.³⁵⁹ O corpo como um território público adquire um caráter de não pertencimento completo ao indivíduo.³⁶⁰ Entretanto, apesar da vulnerabilidade ser uma característica de todos os corpos gentrificados, em face de certas condições sociais e políticas, os corpos femininos e feminizados gozam de uma maior vulnerabilidade.³⁶¹

Não só há indivíduos que estão sujeitos a maior vulnerabilidade – como as mulheres e as pessoas negras –, como esses mesmos sujeitos carecem de apoio, pois não são vidas que valham a pena.³⁶² Se nessas sociedades as mulheres não são ninguém³⁶³, por que elas devem ser passíveis de luto? Vidas que não são ninguém estão perdidas e devem ser eliminadas, para deixarem de viver como se de fato estivessem vivas.³⁶⁴

Essa desumanização é fruto de um comportamento estruturado por um discurso que implementa a violência, legitimando a tortura e a morte.³⁶⁵ Isso é resultado de uma compreensão limitada de ser humano, que tenta impor uma condição universal de direitos humanos, quando, na verdade, há uma parcela da população que não se enquadra naquilo tido como humano.³⁶⁶ O corpo feminino, nesse contexto, a partir do momento em que é apresentado como objeto é excluído da comunidade humana. Ou seja, é um corpo desumanizado.

A vítima, assim, é sacrificada como um território dominado.³⁶⁷ É forçada a entregar seu corpo em nome da vitalidade do grupo.³⁶⁸ O vermelho, que pode estar na cor do seu esmalte, batom ou vestuário, é cor que representa o perigo sofrido pelo feminino.³⁶⁹ É a cor que marca

³⁵⁹ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 46.

³⁶⁰ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 52.

³⁶¹ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 55.

³⁶² BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 58.

³⁶³ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 178.

³⁶⁴ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 60.

³⁶⁵ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 63.

³⁶⁶ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 121.

³⁶⁷ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

³⁶⁸ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

³⁶⁹ DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 682.

todas as mulheres que já nascem mortas.³⁷⁰ É a cor do sangue derramado nos percalços das conquistas dos corpos durante essa guerra atual.³⁷¹

O vermelho é a cor que marca esse grande cemitério vivo, que pinta esses corpos que já nasceram mortos.³⁷² E, nessas guerras informais, um dos principais mecanismos de destruição são os meios sexuais.³⁷³ Não obstante, é necessário destacar que a violência sexual³⁷⁴ é diferente das agressões realizadas por meios sexuais.³⁷⁵ Nestes casos, não se busca a satisfação sexual, mas uma demarcação de poder, reforçando a hierarquia entre os sexos, de superioridade do homem em relação à mulher e a manutenção de uma sociedade findada na dominação masculina.³⁷⁶

O sangue, no entanto, não corre nas mãos de indivíduos desviados, doentes mentais ou com anomalias socais.³⁷⁷ As marcas dessa guerra perpassam toda uma estrutura simbólica, em que o agressor é a própria coletividade.³⁷⁸ Além disso, embora se utilize a oposição entre o feminino e o masculino para tratar do uso e do abuso dos corpos das mulheres, não se está afirmando que essa é uma prática exclusiva dos homens, mas que nessa guerra cotidiana são sempre os corpos femininos e feminizados que padecem.³⁷⁹

A violência contra o feminino, dessa forma, configura-se como fenômeno social persistente, multiforme e articulado por meio de diversas facetas.³⁸⁰ Por essa razão, mais do que saberem andar, as mulheres precisam saber dar “murros, dentadas e pontapés”³⁸¹. Precisam saber se defender, já que nem nos mais próximos podem confiar.³⁸² Contudo, é preciso salientar que a

³⁷⁰ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 233.

³⁷¹ DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 682.

³⁷² COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 44.

³⁷³ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 84.

³⁷⁴ Violência sexual consiste em “qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos”. cf. BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006.

³⁷⁵ SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 18.

³⁷⁶ SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. p. 18.

³⁷⁷ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 38.

³⁷⁸ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 38.

³⁷⁹ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 23.

³⁸⁰ ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. p. 330.

³⁸¹ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 133.

³⁸² COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 133.

violência contra mulher vai além dos contextos familiares.³⁸³ É uma violência direta e indireta, por vezes visíveis, por outras invisíveis, que opera como dispositivo de controle e repressão.³⁸⁴

O ato violento, portanto, é uma mensagem que deixa marcas nesses corpos violados e também em toda a sociedade.³⁸⁵ Isso fica evidente ao perceber que mesmo com avanços na seara dos direitos e com as diversas tentativas de conscientização social, a quantidade de casos de violência contra mulher ainda é expressiva, havendo casos cada vez mais truculentos e cruéis.³⁸⁶ “A objetificação da mulher como apenas um corpo para a gratificação sexual masculina torna as mulheres algo descartável e sem nenhum valor”³⁸⁷.

³⁸³ DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 684.

³⁸⁴ INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. p. 379.

³⁸⁵ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 45.

³⁸⁶ ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. p. 330.

³⁸⁷ DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. p. 684.

Marielle Franco, presente!

4. O Estado femigenocida

"Feminicídio" é invenção de quem pensa que homicídio é matar "hômi".

Alexandre Garcia

Um sistema que é construído com base na usurpação do feminino por parte do masculino³⁸⁸, permite o uso e o abuso desse corpo por meio de diversas formas³⁸⁹. Destinado à constante violação, os corpos femininos e feminizados são forçados a se adaptar a essa função enunciativa, assumindo sua forma territorial de campo de batalha.³⁹⁰

A guerra coloniza a mulher e permite a exibição desse poder de morte que define quem pode viver e quem deve morrer.³⁹¹ A violência, assim, faz parte da estrutura de subordinação³⁹² e do processo de ocupação e extermínio desse sujeito feminizado³⁹³. Essa possibilidade de eliminação deliberada da mulher é fruto da relação de exploração entre os corpos gentrificados³⁹⁴, em que o homem, por meio da violência, escreve uma mensagem no corpo dessa vítima sacrificial³⁹⁵.

Essa linguagem performativa da violência preserva o status de subordinação³⁹⁶ e abusa dessa mulher tanto no espaço privado, quanto no público, pela simples constatação de que essa apropriação é aceita socialmente³⁹⁷. O poder, aqui, se revela através da morte pública do

³⁸⁸ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 144.

³⁸⁹ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 40.

³⁹⁰ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 70.

³⁹¹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 38-39.

³⁹² SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 40.

³⁹³ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 59.

³⁹⁴ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 54-55.

³⁹⁵ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 82.

³⁹⁶ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 38.

³⁹⁷ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

feminino.³⁹⁸ Forçada a entregar seu corpo, a mancha de seu sangue pertence ao seu assassino e ao seio social.³⁹⁹

Logo, a expulsão da mulher do espaço público e o descarte de seu corpo objeto são facetas da eliminação desse sujeito que irá marcar uma sociedade femigenocida.⁴⁰⁰ Os femigenocídios, nesse contexto, são mensagens emanadas de um sujeito que universaliza discursos e cria identidades.⁴⁰¹ É o crime de um sujeito que está disposto a qualquer coisa pelo controle territorial.⁴⁰²

Na América Latina, a constituição de sociedades femigenocidas está crescendo⁴⁰³ e o sangue desses crimes de ódio pertencem a toda humanidade⁴⁰⁴. Diante de tamanha violência e da incapacidade do sistema de justiça criminal em reconhecer esses assassinatos como crimes de gênero, as mulheres passaram a adotar o termo feminicídio como mecanismo de luta para pressionar o parlamento⁴⁰⁵ a tipificar os crimes com motivação de gênero com a introdução da expressão “feminicídio” dentro do texto legal⁴⁰⁶.

No Brasil, a primeira legislação a focar no combate à violência contra a mulher foi a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006⁴⁰⁷), sancionada em 2006, que visava criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Contudo, embora o Art. 7º da referida Lei apresente definições das formas de violência doméstica e familiar contra mulher, o termo feminicídio não aparece dentro desse rol.

³⁹⁸ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

³⁹⁹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

⁴⁰⁰ THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Woman's Words Congress**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481421_ARQUIVO_2017-FazendoGenero-ST32-AnaLiesiThurler-FeminicidioVidasdasmulheresimoladasnoaltardopatriarcado.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018. p. 07.

⁴⁰¹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 44.

⁴⁰² SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 45.

⁴⁰³ INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. p. 374.

⁴⁰⁴ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 52.

⁴⁰⁵ SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. p. 130.

⁴⁰⁶ SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. p. 155-156.

⁴⁰⁷ BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006.

O crime de feminicídio só passou a ser reconhecido no Brasil quase 10 anos depois da Lei Maria da Penha, com a Lei nº 13.104/2015⁴⁰⁸. A Lei do Feminicídio, como ficou conhecida, qualificou a conduta de matar mulheres por razões da condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, por meio da introdução legislativa do Inc. VI, no Art. 121, §2º, do Código Penal⁴⁰⁹.

Apesar das diversas críticas referentes à Lei do Feminicídio e ao sistema de justiça criminal – as quais não serão objetos do presente trabalho – é necessário reconhecer que essa introdução legislativa representou uma ampliação na proteção do feminino.⁴¹⁰ Diferentemente da Lei Maria da Penha, a qualificadora do feminicídio deixa de tutelar exclusivamente o ambiente doméstico, criminalizando, também, o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.⁴¹¹

A antropóloga Rita Laura Segato, em contrapartida, adota uma visão interdisciplinar da violência contra o feminino. Considerando que a violência de gênero é estrutural, possui vítimas que se aproxima de um genocídio sistemático e multiplica-se por meio de diversos cenários, a autora defende o uso do termo “femigenocídio”.⁴¹² Ressalta-se, entretanto, que isso não desmerece a tipificação penal do crime de feminicídio. Não obstante, pretende-se aqui, ir além do conceito jurídico adotado pelo Brasil e analisar o fenômeno da matabilidade feminina a partir de visões interdisciplinares.

Segundo Segato, a categoria de feminicídio enquadraria todos os crimes cometidos em face do gênero, tanto os de ordem interpessoal quanto os de ordem pessoal.⁴¹³ Ou seja, todo crime contra as mulheres com intenção letal seria nomeado como feminicídio.⁴¹⁴ Por outro lado, em se tratando de crimes sistemáticos e impessoais, com o objetivo específico de destruir corpos

⁴⁰⁸ BRASIL. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 09 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

⁴⁰⁹ BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

⁴¹⁰ MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. **Tempo soc.** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 283-304, abril de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100283&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018. p. 298-299.

⁴¹¹ SUAREZ, Joana. Vidas que valem menos?. **Revista Época**. 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vidas-que-valem-menos-22983636>>. Acesso em: 16 out. 2018.

⁴¹² SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 84.

⁴¹³ SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. p. 148.

⁴¹⁴ SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. p. 157.

femininos e feminizados, a terminologia mais adequada para descrever esse fenômeno, na visão da autora e também do presente trabalho, seria a expressão femigenocídio.⁴¹⁵ Isto é, femigenocídio seria um crime de lesão à humanidade⁴¹⁶, um genocídio de mulheres.

A etimologia de genocídio é formada “por um híbrido entre a raiz grega ghéno e o sufixo latino cida (de caedere)”⁴¹⁷. O sujeito desse crime é o Estado e, por isso, a dificuldade em haver uma definição jurídica. O filósofo Roberto Espósito, por exemplo, descreve três condições necessárias para caracterizar o genocídio. Primeiro, deve haver uma intenção estatal declarada em exterminar um grupo homogêneo de pessoas.⁴¹⁸ Em segundo lugar, essa eliminação deve ter potencial para ser integral.⁴¹⁹ Por fim, o extermínio deve se dar em face da sua constituição biológica e não por razões políticas ou econômicas.⁴²⁰

Com essas considerações parece ser possível se falar em genocídio de mulheres.⁴²¹ O contexto de impessoalidade em que se visa aniquilar o feminino, em que os agressores formam, na verdade, uma coletividade social e o aumento exponencial de suas vítimas, torna possível

⁴¹⁵ SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. p. 149.

⁴¹⁶ SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. p. 156.

⁴¹⁷ ESPÓSITO, Roberto. **Bíos**: Biopolítica e filosofia. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 173.

⁴¹⁸ ESPÓSITO, Roberto. **Bíos**: Biopolítica e filosofia. p. 173.

⁴¹⁹ ESPÓSITO, Roberto. **Bíos**: Biopolítica e filosofia. p. 173.

⁴²⁰ ESPÓSITO, Roberto. **Bíos**: Biopolítica e filosofia. p. 173-174.

⁴²¹ A Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 96, de 11 de dezembro de 1946, declarou que o genocídio é um crime de direito dos povos. Realizando, em 1948, a Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio, ratificada pelo Brasil em 1951. Sendo assim, de acordo com o Art. 2º da Convenção “entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo”. No Brasil, por meio da Lei nº 2.889/1956, ainda que de maneira precária, define e criminaliza o crime de genocídio seguindo as orientações da referida Convenção. Todavia, apresentando, também, um conceito genérico que não abarca a morte em face do gênero: “Art. 1º. Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”. Entretanto, esse mesmo dispositivo, ao tratar da punição, faz remissão ao Código Penal, o qual, após a mudança legislativa apresenta o crime de feminicídio. A combinação legal de ambas as Leis, juntamente com a definição de genocídio apresentada pela ONU, portanto, possibilitaria tratar do crime de femigenocídio. cf. BRASIL. Lei n. 2.889, de 01 de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 01 out. 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L2889.htm>. Acesso em: 18 out. 2018. ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio**. 1948. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/convenca....crime_genocidio.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

tratar esse fenômeno como crimes de femigenocídio.⁴²² O abuso do poder político cria, assim, mortes sem um agressor personalizado e tampouco sem uma vítima personalizada.⁴²³ O sangue dessas mulheres corre pelas terras estatais, corre pelas mãos de toda a sociedade.⁴²⁴

São crimes com uma explicação monocausal: o ódio aos corpos femininos e feminizados.⁴²⁵ E, em face disso, a necessidade de compreender a diferença entre feminicídio e femigenocídio. Este representa o assassinato de mulheres em razão do ódio ao seu corpo gentrificado.⁴²⁶ Trata-se de uma eliminação sistemática de um tipo de sujeito.⁴²⁷

A mulher genérica, portanto, é um corpo objeto marcado pela violência em função do gênero.⁴²⁸ Nem mesmo a lei é capaz de transformar essa posição de subordinação do feminino, já que ela própria contribui para a naturalização da sua morte.⁴²⁹ E, como todas estão sujeitas a essas agressões, a luta por proteção e direito a (r)existir deve ser realizada enquanto grupo.⁴³⁰

Percebe-se, então, que as mortes violentas dos homens e das mulheres se dão por questões totalmente distintas, uma vez que apenas o corpo feminino e feminizado é morto pelo simples fato de (r)existir.⁴³¹ O próprio local em que se dá essa agressão é diferente. Quase metade dos homicídios masculinos ocorre a rua (48,2%), enquanto as mulheres têm um alto índice de mortalidade dentro de seus domicílios (27,1%).⁴³² Ainda que elas também tenham um alto índice de óbito nas vias públicas (31,2%), a domesticidade dos homicídios de mulheres é evidente, principalmente ao comparar com a dos homens (10,1%).⁴³³

Não à toa, o tratamento entre os gêneros é tão distinto⁴³⁴, a destruição do outro – no caso, da mulher – é uma estratégia para evidenciar que esses corpos não estão propriamente nem vivos

⁴²² SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 85-86.

⁴²³ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 51.

⁴²⁴ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 51.

⁴²⁵ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 82.

⁴²⁶ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 82.

⁴²⁷ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 85.

⁴²⁸ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 32.

⁴²⁹ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 143.

⁴³⁰ BULTER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 51.

⁴³¹ INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. p. 374.

⁴³² WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. p. 39.

⁴³³ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. p. 39.

⁴³⁴ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 132.

e nem mortos⁴³⁵. As guerras informais, trabalhadas anteriormente, são, dessa forma, casos de femigenocídio, em que cada vítima é uma vítima sacrificial.⁴³⁶

Em tempos de crueldade funcional e pedagógica, a destruição do feminino revela a misoginia e o racismo estrutural das sociedades, em que há o completo desprezo pela vida da mulher, sendo o seu consumo o único valor.⁴³⁷ As mulheres, portanto, não conhecem tempos de paz.⁴³⁸ Despertam todos os dias em uma infundável guerra⁴³⁹, em que seu maior crime é (r)existir. Para elas não existe paz⁴⁴⁰, a única certeza do seu corpo, é o perigo de morte⁴⁴¹.

4.1. Mulheres mortas: as vidas que não são passíveis de luto

*Existem umas feias potáveis.
Mas algumas só servem mesmo para fazer sabão.*

Vinicius de Moraes

Afirmar que um corpo corre perigo de morte é sublinhar que essa vida pode ser lesada, perdida, destruída e sistematicamente negligenciada.⁴⁴² Mas, é, também, afirmar a sua precariedade.⁴⁴³ Isso significa que a possibilidade de manutenção da vida “depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver”⁴⁴⁴.

Se a precariedade é fruto do viver socialmente, a vida do sujeito está sempre condicionada ao outro? Exatamente. A exposição ao outro não é somente àqueles que conhecemos, senão também aos que não conhecemos.⁴⁴⁵ Ou seja, há uma relação de interdependência entre as

⁴³⁵ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. p. 60.

⁴³⁶ THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 02.

⁴³⁷ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 47.

⁴³⁸ SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. p. 160.

⁴³⁹ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 135.

⁴⁴⁰ SEGATO, Rita Laura. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. p. 160.

⁴⁴¹ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 33.

⁴⁴² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 31.

⁴⁴³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 31.

⁴⁴⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 40.

⁴⁴⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 31.

peçoas.⁴⁴⁶ A condição generalizada da vida precária é a condição de estar sempre condicionado.⁴⁴⁷

Mas, quando uma vida se torna precária? Na verdade, a precariedade coincide com o próprio nascimento, que já é por definição precário.⁴⁴⁸ Isto é, a vida é essencialmente precária.⁴⁴⁹ Dado que a sua persistência não está de modo algum garantida, podendo ser eliminadas de maneira proposital ou acidental.⁴⁵⁰

Além disso, a precariedade não é uma característica de algumas vidas, mas “uma condição generalizada cuja generalidade só pode ser negada negando-se a precariedade enquanto tal”.⁴⁵¹ Em outras palavras, toda vida é precária e isso revela que “a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida”.⁴⁵² O corpo, portanto, vive uma condição precária, pois está sempre “exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possível”⁴⁵³.

Essa condição implica na obrigação de questionar a possibilidade de apreender uma vida como precária e de que formas podemos tornar isso impraticável.⁴⁵⁴ Sendo essa apreensão a condução a uma potencialização da violência que percebe a vulnerabilidade física de determinados grupos de pessoas e sua compreensão provoca a incitação do desejo de destruí-las⁴⁵⁵, como ocorre nos casos de femigenocídio.

Logo, a “capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida”⁴⁵⁶. Por isso, a necessidade em compreender que a precariedade da vida exige mais que a sua apreensão, exige que “a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo”⁴⁵⁷. Melhor

⁴⁴⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 31.

⁴⁴⁷ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 43.

⁴⁴⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 32.

⁴⁴⁹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 32.

⁴⁵⁰ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 46.

⁴⁵¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 42.

⁴⁵² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 43.

⁴⁵³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 16.

⁴⁵⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 14-15.

⁴⁵⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 15.

⁴⁵⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 16.

⁴⁵⁷ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 30.

dizendo, nem toda vida está viva, pois quem figura fora das normas se torna somente um problema para a normatividade e está fadado a ser uma vida não vivível.⁴⁵⁸

Isso revela que o corpo gentrificado está sempre entregue aos outros, às normas, às organizações sociais e políticas que irão desenhar e maximizar a precariedade de uns e minimizar a de outros.⁴⁵⁹ Sendo assim, o corpo está sempre “exposto a uma modelagem e a uma forma social”⁴⁶⁰. Não à toa, existe um modelo de feminilidade marcado pela objetificação da mulher ao gozo do masculino⁴⁶¹, a busca pelo corpo perfeito (magro, branco e jovem)⁴⁶² é a normalização desse sujeito. A ontologia do corpo, portanto, é uma ontologia social.⁴⁶³

A ontologia do sujeito, dessa maneira, é fruto dos enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos.⁴⁶⁴ Os indivíduos, à vista disso, são construídos a partir de normas que criam os termos que irão reconhecê-los.⁴⁶⁵ E essas condições normativas são as que ditam a capacidade dos sujeitos de reconhecer, nomear e discernir o seu “ser”.⁴⁶⁶ A dominação masculina, nesse contexto, reforça o ímpeto da ordem do homem que dispensa justificação e impõe a visão androcêntrica como neutra, ditando as condições normativas que serão universais.⁴⁶⁷

Por conseguinte, a referida condição precária é politicamente induzida para que certas populações fiquem desprovidas de apoio e estejam expostas às violações, à violência e à morte.⁴⁶⁸ Ocorre que essas pessoas expostas à violência arbitrária do Estado, muitas vezes, não possuem outra opção que não buscar a proteção do próprio Estado violador.⁴⁶⁹ Ou seja, o Estado que deveria as proteger é o mesmo que as mata, sendo a misoginia e o racismo as bases desses genocídios. Há, então, a troca de uma violência por outra.⁴⁷⁰

⁴⁵⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 22.

⁴⁵⁹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 15-16.

⁴⁶⁰ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 15-16.

⁴⁶¹ LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. p. 54.

⁴⁶² NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. p. 495.

⁴⁶³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 15-16.

⁴⁶⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 17.

⁴⁶⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 17.

⁴⁶⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 17.

⁴⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 22.

⁴⁶⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 46.

⁴⁶⁹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 46-47.

⁴⁷⁰ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 46-47.

Contudo, uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se antes não for considerada viva.⁴⁷¹ “Um sujeito que não é um sujeito não está vivo e nem morto, não é totalmente constituído como sujeito e nem totalmente destituído na morte”⁴⁷². Isto é, se certas vidas não se qualificam como vidas em certos enquadramentos epistemológicos, essas vidas jamais serão vividas ou perdidas.⁴⁷³

No mundo dos outros, o corpo não pertence a si mesmo, ele revela perspectivas que podem ou não ser próprias.⁴⁷⁴ As redes sociais e políticas em que esse sujeito está emerso definirá se será uma vida vivível ou não.⁴⁷⁵ Definindo, assim, os sujeitos que não são reconhecidos enquanto sujeitos, bem como as vidas que não são reconhecidas como vidas.⁴⁷⁶ Por isso, a ideia de precariedade implica a dependência de redes e condições sociais, em que se permite que uma vida se torne vivível e, sobretudo, passível de luto.⁴⁷⁷

Por esse motivo, a precariedade não é suficiente para que uma vida seja preservada.⁴⁷⁸ Para uma vida ser vivida e, conseqüentemente, protegida, sua perda precisa ser passível de luto.⁴⁷⁹ Sem contar que não há vida sem que haja condições que a sustentem.⁴⁸⁰ Essas condições são majoritariamente sociais, fruto das relações humanas e com o meio ambiente.⁴⁸¹ Isto posto, “as dissensões morais centram-se invariavelmente em como ou se essas condições de vida podem ser melhores e as condições precárias, amenizadas”⁴⁸².

O luto consiste na possibilidade de apreender o ser vivo como algo vivo, exibindo a não vida desde o primórdio.⁴⁸³ Mas, quais vidas são merecedoras de luto e proteção? São as mesmas detentoras dos direitos que devem ser garantidos.⁴⁸⁴ Em outras palavras, apenas as vidas tidas como valiosas são enlutadas, as demais não são passíveis de luto.⁴⁸⁵ E sua perda não é lamentada

⁴⁷¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 13.

⁴⁷² Tradução livre: “Un sujeto que no es un sujeto no está ni vivo ni muerto, no está del todo constituido como sujeto ni del todo destituido en la muerte.” cf. BUTLER, Judith. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. p. 130.

⁴⁷³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 13.

⁴⁷⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 85.

⁴⁷⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 85.

⁴⁷⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 17.

⁴⁷⁷ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 42.

⁴⁷⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 57.

⁴⁷⁹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 33.

⁴⁸⁰ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 38.

⁴⁸¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 38.

⁴⁸² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 57.

⁴⁸³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 33.

⁴⁸⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 66.

⁴⁸⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 64.

justamente porque ela nunca foi vivida.⁴⁸⁶ São vidas como Marimar, também personagem da já referida obra “Confissão da Leoa”, vidas que já nascem mortas.⁴⁸⁷

Ocorre que como essas vidas não são percebidas como vidas, a proibição moral da violência acaba aplicada de maneira seletiva.⁴⁸⁸ Como o caso da morte de Marielle Franco: mulher, negra, mãe, favela e LGBT, que foi a 5ª vereadora mais votada da suposta Cidade Maravilhosa e na noite de 14 de março de 2018 foi executada ao sair do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”.⁴⁸⁹ Passaram-se mais de seis meses e até hoje não se sabe ao certo o que aconteceu, quem puxou o gatilho e o porquê.

Na verdade, Marielle se enquadra nessas vidas que não são merecedoras de existência, proteção e luto. É um caso típico de femigenocídio, em que a autoria é da própria sociedade. Se nem mesmo sujeito ela era, por que na sua morte seria enlutada? Até mesmo sua homenagem foi violada: o candidato a Deputado Estadual Rodrigo Amorim e candidato Deputado Federal Daniel Silveira, ambos do PSL, quebraram a placa de nome de rua onde se lia Rua Marielle Franco, divulgando, com orgulho, a ação em suas redes sociais.⁴⁹⁰ Inclusive, valendo-se desse feito para se beneficiarem politicamente, curiosamente (ou não), ambos foram eleitos.

Infere-se, então, que certos tipos de corpos são mais precários que outros, pois são vidas que não são dignas de ser vividas⁴⁹¹ – como a de Marielle Franco, de Tatiane Spitzner e de Dandara dos Santos. Trata-se, antes de mais nada, de uma questão de como o poder cria sujeitos que são passíveis de luto e outros que não o são.⁴⁹² Essa distribuição diferencial da precariedade é uma questão material que fabrica vidas que não são lamentáveis.⁴⁹³

As formas de racismo, por exemplo, produzem versões icônicas da população negra cuja perda não é perda e que a morte não é passível de luto.⁴⁹⁴ Entender o racismo como forma de

⁴⁸⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 64.

⁴⁸⁷ COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 233.

⁴⁸⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 82.

⁴⁸⁹ G1. **Negra da Maré e socióloga, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio**. Rio de Janeiro. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/negra-da-mare-e-sociologa-marielle-foi-a-5-vereadora-mais-votada-do-rio.ghml>>. Acesso em: 26 out. 2018.

⁴⁹⁰ ESTADÃO. **Candidatos do PSL destroem placa com homenagem a Marielle Franco**. 03 out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-a-marielle-franco,70002531740>>. Acesso em: 26 out. 2018.

⁴⁹¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 85

⁴⁹² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 231-232.

⁴⁹³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p.

46.⁴⁹⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 45.

fundamento da morte é perceber as bases políticas de eliminação⁴⁹⁵, em que seus integrantes são apresentados como ameaça – no caso à hegemonia branca – e, assim, não aparecem como vidas, apenas como ameaça à vida⁴⁹⁶.

Além da questão racial, as questões de gênero também distinguem as vidas passíveis de luto das que não são. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada”⁴⁹⁷, dessa forma, como atua como depositário das condições políticas, o sujeito declara sua própria capacidade de destruição e simultaneamente busca ir contra a sua própria precariedade⁴⁹⁸.

Nesse ponto, é necessário destacar que embora a filósofa Judith Butler – que teoriza sobre a precariedade da vida – não trate diretamente da questão de gênero, parece ser uma leitura possível de seu texto. O estudo desenvolvido pela autora não apresenta apenas um tipo de vida que não é passível de luto, mas desenvolve uma hipótese de que há vidas enlutadas e outras que não o são. Logo, pode-se compreender que vários tipos de sujeitos podem se enquadrar nessa categoria, dentre eles as mulheres, a população negra, as pessoas LGBTQs e também imigrantes e refugiados – principal exemplo desenvolvido por Butler⁴⁹⁹.

Ressalta-se, ainda, que esse modo de encarar a vida transpassa e legitima as guerras contemporâneas⁵⁰⁰ que exterminam sujeitos⁵⁰¹, fazendo emergir sociedades femigenocidas. Essas guerras que dividem as vidas entre as que merecem ser defendidas, valorizadas e enlutadas e as que não são nem propriamente valiosas, reconhecíveis ou passíveis de serem enlutadas⁵⁰², resultam em crimes de gênero, demarcação de (bio)poder e uma discricionariedade soberana⁵⁰³.

⁴⁹⁵ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 100.

⁴⁹⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 69.

⁴⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 24.

⁴⁹⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 78.

⁴⁹⁹ Vale lembrar que Judith Butler utiliza das guerras protagonizadas pelos Estados Unidos para tratar das vidas que não são passíveis de luto. cf. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. e BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia.

⁵⁰⁰ As guerras atuais tratadas por Rita Laura Segato e as guerras contemporâneas de Judith Butler, apesar de serem retratadas a partir de focos distintos, revelam a construção de discursos que permitem matabilidade e a descartabilidade de alguns corpos em detrimentos de outros. Entre eles, o da dominação masculina. cf. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?.; SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.*; e BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica.

⁵⁰¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 85.

⁵⁰² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 70.

⁵⁰³ SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.* p. 81.

À vista disso, “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo vivo, mas que é diferente de uma vida”⁵⁰⁴.

4.2. Matabilidade feminina: a descartabilidade dos corpos femininos e feminizados

Fraqueza, teu nome é mulher.

William Shakespeare

O quadro de violências contra as mulheres marca um cenário de guerra, de femigenocídio.⁵⁰⁵ O primeiro impulso, frente à vulnerabilidade do outro, é o desejo de matar.⁵⁰⁶ Logo, o corpo feminino e feminizado, que é socializado para conviver com a impotência⁵⁰⁷, acaba se tornando o campo de batalha para truculências que – de maneira direta ou indireta – atingem todo o seio social⁵⁰⁸.

O uso e abuso desse corpo, sem consentimento, é fruto de uma estrutura de subordinação que permite que as violações do feminino ocorram de diversas formas⁵⁰⁹, em que cada vítima é uma vítima sacrificial⁵¹⁰. O sexismo (assim como o racismo), nesse contexto, não é apenas uma ideologia, é também uma estrutura de poder cuja distribuição desigual se dá em detrimento das mulheres.⁵¹¹

Essa estrutura social, portanto, produz mecanismos que resultam na adoção apenas do ponto de vista universal – ou seja, masculino – por parte de toda sociedade, inclusive pelas mulheres.⁵¹² Sendo essa a expressão pura da dominação masculina. A submissão, então, é parte da engrenagem social que estrutura toda a coletividade.⁵¹³ Excluindo, consequentemente, as mulheres do uso da razão e do exercício do poder.⁵¹⁴ Afinal, o papel destinado a elas, como já demonstrado anteriormente, é outro: o da domesticidade.⁵¹⁵

⁵⁰⁴ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. p. 33.

⁵⁰⁵ THURLER, Ana Liési. **Feminicídio**. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 01-02.

⁵⁰⁶ BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y la violencia. p. 173.

⁵⁰⁷ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 89.

⁵⁰⁸ THURLER, Ana Liési. **Feminicídio**. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 02.

⁵⁰⁹ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 40.

⁵¹⁰ THURLER, Ana Liési. **Feminicídio**. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 02.

⁵¹¹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 37.

⁵¹² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 65.

⁵¹³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. p. 62-63.

⁵¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 37.

⁵¹⁵ BIROLI, Flávia. O público e o privado. p. 32.

Os corpos femininos, por conseguinte, são corpos objetos utilizados para o gozo do masculino, que são incentivados pela sociedade a exercerem sua força, potência e dominação contra as mulheres.⁵¹⁶ O resultado disto são atos de virilidade⁵¹⁷ que ocultam a realidade submersa do mandato de violação e de morte⁵¹⁸. Essa organização social de gênero, pautada na virilidade e na agressividade masculina,⁵¹⁹ resulta numa violência constituída e cristalizada que forma o sistema de comunicação e linguagem difundindo esse comportamento por toda a comunidade⁵²⁰.

A disseminação de uma cultura de ódio ao feminino⁵²¹ – principalmente ao corpo negro feminino⁵²² – faz com que as mulheres suportem o constante risco de terem seus corpos violados e suas vidas eliminadas⁵²³. Desde a violência estrutural, que segrega as mulheres na esfera reprodutiva e doméstica⁵²⁴, até a violência femigenocida, as formas de disciplinamento da mulher⁵²⁵ reforçam-na como vítima sacrificial e como parte de um território dominado⁵²⁶.

Não à toa, em uma sociedade sexista e racista, a precariedade da vida é desigualmente distribuída.⁵²⁷ A mulher como vítima sacrificial é forçada a entregar seu corpo ao grupo dominante que derrama seu sangue por todo o seio social⁵²⁸. Dessa forma, a violência constitui um artifício para distinguir as vidas que são passíveis de luto das que não são.⁵²⁹ Sendo essa desrealização da perda um meio para concretizar a desumanização de determinados sujeitos⁵³⁰, neste caso, das mulheres.

⁵¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 79.

⁵¹⁷ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 79.

⁵¹⁸ THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 02-03.

⁵¹⁹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. p. 79.

⁵²⁰ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 45.

⁵²¹ HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O Pensamento da Diferença**. p. 196.

⁵²² FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**.

⁵²³ THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 05.

⁵²⁴ INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. p. 379.

⁵²⁵ SEGATO, Rita Laura. La estructura de género y el mandato de violación. p. 26.

⁵²⁶ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

⁵²⁷ THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 05.

⁵²⁸ SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado. p. 43.

⁵²⁹ BULTER, Judith. **Vida precaria: El poder del duelo y la violencia**. p. 184.

⁵³⁰ BULTER, Judith. **Vida precaria: El poder del duelo y la violencia**. p. 184.

No Brasil, as engrenagens sociais e de poder também atuam seguindo a lógica da dominação masculina. Logo, os casos de femigenocídio estão diretamente ligados às desigualdades de gênero.⁵³¹ Sendo a violência doméstica e familiar apenas uma das diversas facetas que envolvem essas violações.

O Atlas da Violência 2018, realizado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), elabora uma análise com inúmeros indicadores visando compreender o processo de violência no Brasil.⁵³² Entre os recortes efetuados está a pesquisa sobre os homicídios de mulheres. Exteriorizando, assim, como a violência consiste na exposição da vulnerabilidade do sujeito e como uma vida – ou no caso das mulheres, vidas que não estão vivas – pode ser eliminada por ações deliberadas pelo outro.⁵³³

O estudo revela que, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil. Isto é, 4,5 mulheres foram mortas para cada 100 mil brasileiras.⁵³⁴ Sendo Roraima⁵³⁵ o estado federativo mais femigenocida do país, tendo atingido neste mesmo ano, uma taxa de 10 mortes para cada 100 mil mulheres.⁵³⁶ O estado com menor taxa, por sua vez, é São Paulo, com 2,2 mortes para cada 100 mil mulheres.⁵³⁷

Tal pesquisa, entretanto, como é realizada com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, não apresenta quantas dessas mortes foram enquadradas como crime de feminicídio (Art. 121, §2º, VI, CP).⁵³⁸ No tocante ao referido crime, destaca-se às Diretrizes Nacionais de Feminicídio: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, realizado pela Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres, coordenado por Wânia Pasinato, que consiste numa adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razão de gênero à realidade social, cultural, política e jurídica do Brasil.⁵³⁹

⁵³¹ THURLER, Ana Liési. *Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado*. p. 05.

⁵³² CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro. Jun. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432> Acesso em: 03 nov. 2018.

⁵³³ BULTER, Judith. **Vida precária: El poder del duelo y la violencia**. p. 55.

⁵³⁴ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 44.

⁵³⁵ As taxas de femigenocídios em Roraima flutuaram bastante ao longo dos anos, tendo chegado ao pico de 14,8 em 2013. CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 44.

⁵³⁶ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 44.

⁵³⁷ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 45.

⁵³⁸ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 46.

⁵³⁹ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília. Abr. 2016. Disponível em:

Nenhuma sociedade trata as mulheres da mesma forma que trata os homens.⁵⁴⁰ Sendo o fenômeno de mortes violentas de mulheres em face da sua condição de gênero um acontecimento global.⁵⁴¹ Sem contar que para os corpos femininos e feminizados não há dias de paz, todas as manhãs é um despertar em uma antiga e infundável guerra⁵⁴² que ocorre com a conivência das sociedades e governos.⁵⁴³ Encobertas por tradições e costumes, ocultadas pela naturalidade e justificadas pelas práticas pedagógicas, as mulheres são tratadas e entendidas como objetos descartáveis.⁵⁴⁴

As referidas Diretrizes Nacionais, nesse contexto, “visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero como causas dessas mortes”⁵⁴⁵. Não obstante, a perspectiva de gênero nas investigações, com a pretensa eliminação de estereótipos e preconceitos discriminatórios, ajuda a evitar que se realize mais uma agressão por meio da violência institucional.⁵⁴⁶

Além disso, é necessário salientar que, muitas vezes, a mulher que é assassinada já foi vítima de inúmeras outras violências de gênero – psicológica, patrimonial, física ou sexual.⁵⁴⁷ Demonstrando que, mesmo com a Lei Maria da Penha, é raro os casos que elas conseguem romper com o ciclo de violência em que estão submetidas.⁵⁴⁸ Isso só reforça como a violência contra mulher estrutura a sociedade e cobra vidas em enorme genocídio sistemático, um verdadeiro femigenocídio.⁵⁴⁹

As questões de gênero, entretanto, não dão conta de explicar todo o fenômeno que assola a vida das mulheres. É fundamental compreender também a existência de um racismo de Estado.

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018. p. 11

⁵⁴⁰ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etilogía de la violencia. p. 132.

⁵⁴¹ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. p. 13.

⁵⁴² COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. p. 135.

⁵⁴³ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. p. 13

⁵⁴⁴ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. p. 13

⁵⁴⁵ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. p. 15

⁵⁴⁶ PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. p. 39.

⁵⁴⁷ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 46,

⁵⁴⁸ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 46,

⁵⁴⁹ SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. p. 84.

Ou seja, um racismo que o corpo social exerce sobre si próprio, “sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social”⁵⁵⁰.

Na tentativa de manter uma sociedade pura e saudável, o Estado racista opera na produção da morte de corpos negros.⁵⁵¹ As bases políticas de eliminação⁵⁵² atuam para conservar os privilégios de uma casta social branca⁵⁵³ que tenta impor suas noções de mundo como algo universal, inclusive nos signos do feminino⁵⁵⁴.

Essa desigualdade existente entre os corpos femininos brancos e negros fica ainda mais evidente ao se analisar a taxa de homicídios desses dois grupos de mulheres. Enquanto há 5,3 mortes para cada 100 mil mulheres negras, a taxa cai em 71% ao observar a taxa de homicídio das mulheres não negras, havendo 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras.⁵⁵⁵ Outro ponto que evidencia a necessidade de uma interseccionalidade ao se tratar das questões de gênero, é de que nos últimos anos a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15,4%, ao passo que a de não negras obteve uma queda 8%.⁵⁵⁶

O estudo desses dados revela a urgência de se estudar a branquitude e evidenciar a posição de poder que os corpos brancos ocupam e como isso garante sistemáticos privilégios raciais.⁵⁵⁷ Nessa toada, o femigenocídio de mulheres negras demonstra uma estratégia de dominação, de um capitalismo sexista, racista e necrófilo.⁵⁵⁸ Sendo o biopoder o artifício utilizado para perpetuar o funcionamento desse Estado racista e sexista que cria e elimina corpos descartáveis.⁵⁵⁹

⁵⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). p. 73.

⁵⁵¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 99.

⁵⁵² FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 99.

⁵⁵³ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 22-23.

⁵⁵⁴ MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. p. 85.

⁵⁵⁵ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 51.

⁵⁵⁶ CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. p. 51.

⁵⁵⁷ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 23.

⁵⁵⁸ THURLER, Ana Liési. **Feminicídio**. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. p. 06.

⁵⁵⁹ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). p. 309.

Há, ainda, a aniquilação das várias Dandaras, as quais tem sua morte naturalizada por regimes sociais, políticos e representacionais que as consideram como descartáveis.⁵⁶⁰ Em 2017, 179 pessoas trans foram assassinadas, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens trans.⁵⁶¹ São corpos que ao desconstruírem as compreensões sociais tradicionais ditadas pelo sujeito universal são asfixiadas pela realidade de seu único desfecho mortífero.⁵⁶² O Estado, portanto, não é só racista e sexista, mas é também transfóbico.

Com efeito, esse descarte de corpos femininos e feminizados é tão banalizado justamente porque a mulher objeto é a mulher morta.⁵⁶³ É o mais belo objeto de consumo.⁵⁶⁴ É o sujeito que não dispõe do seu próprio corpo, nem mesmo em sua morte.⁵⁶⁵ É quem não é passível de luto, que tem seu corpo exposto e a disposição do homem. É aquela que é matável.

Nada obstante, esse é o mesmo homem que narrará todas as histórias.⁵⁶⁶ Por isso, há a necessidade de se rescrever a história mundial à luz de uma perspectiva interseccional, que permita tirar das sombras as histórias que não foram contadas e dar voz as diversas fantasmas que vagam nesse grande cemitério de mulheres mortas.

⁵⁶⁰ CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 06.

⁵⁶¹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasil. 2018. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018. p. 14.

⁵⁶² CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. p. 08.

⁵⁶³ TIBURI, Marcia. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 191-207, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2018. p. 201.

⁵⁶⁴ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. p. 136.

⁵⁶⁵ TIBURI, Marcia. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. p. 203.

⁵⁶⁶ PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. p. 185.

5. Considerações Finais

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher.

Michel Temer

Em tempos em que o discurso de ódio se inflama, faz-se necessário resgatar os gritos coletivos por Nem uma a menos! Mas, será possível fazer o vermelho voltar a pulsar? Com as cores das ruas cada vez mais apagadas pela forte sombra que domina o Brasil, será possível ter força para gritar? Em tempos nos quais o medo ecoa nas casas e nas praças, será possível ter coragem para lutar?

Assim como a conjuntura, o presente trabalho termina com mais dúvidas do que certezas. Mesmo sabendo que o provável futuro seja acompanhar tantos outros ensaios fantasmas, é certo que se buscou romper com o silêncio. Ainda que tenha resultado apenas em uma pequena fissura, a dificuldade em concluir um estudo como esse perpassa as questões estruturais que fundam a sociedade de consumo.

O femigenocídio é, de uma maneira ou de outra, fruto de um Estado racista e sexista que se estrutura a partir da dominação masculina e da exploração dos corpos mais precários. A lógica do público e do privado extrapola as questões de trabalho e reflete na forma com que se permite a socialização da mulher. O alto índice de mortes em seus domicílios reforça essa ideia de imposição da domesticidade ao feminino, mesmo que nem todas mulheres morram da mesma forma.

Isso se dá, principalmente, em face do discurso de neutralidade e imparcialidade que paira sobre o Estado. A narrativa de que todos os sujeitos são iguais e que o Estado representa a todos reforça a subordinação da mulher em relação ao homem. Pois, o alicerce que sustenta esse Estado é a exploração das vidas mais precárias, dentre elas a da mulher.

Além disso, não se pode olvidar que toda história é no fim assinada pelo seu autor. Logo, se o Estado é construído por um único sujeito e esse será espelho de seu mestre: o homem branco, heterossexual e proprietário. Destaca-se, que a intenção em destacar a figura e os traços desse sujeito é justamente revelar que ele não representa toda comunidade.

Nesse sentido, havendo alguém que é apresentado como universal todas as particularidades vão sendo apagadas e no lugar delas surge a violência. A necessidade, sendo assim, em debater gênero, sexo e raça é justamente a de compreender os pilares desse indivíduo universal. Para então, ser possível questionar a estrutura posta.

Só depois de compreender que signos atribuídos aos sujeitos não são naturais é que se torna evidente que os corpos são produzidos. E suas funções sociais, consequentemente, também o são. Dessa forma, considerando que todos os signos atribuídos ao feminino são fruto de uma tentativa de dominar esse corpo, torna-se evidente a construção da mulher para atender o gozo masculino.

A performance do gênero feminino, por conseguinte, perpassa todos esses marcadores da feminilidade: a juventude, a brancura, a beleza e a magreza. Por exclusão, tudo aquilo que vai contra as normas de gênero é rechaçado socialmente e deve ser eliminado. Não à toa, há uma constatação busca por cirurgias e procedimentos questionáveis para atingir um padrão elaborado por esse sujeito universal e que é difundido por toda a grande mídia.

Ocorre que, como todo objeto, após uso a consequente destinação é a descartabilidade. Não sendo um espanto, portanto, que a mulher, como os demais objetos, seja facilmente descartada. Assim, essa perda de utilidade típica da coisa resulta na formação de uma sociedade femigenocida.

A violência, desse modo, faz parte do cotidiano feminino. Seja nas dietas ou nas técnicas cirúrgicas de emagrecimento. Seja nas tentativas de alisar o cabelo, de afinar o nariz ou apagar qualquer outra marca da negritude. Seja na dificuldade em adentrar no espaço público. Seja no constante medo de andar na rua e ser agredida ou estuprada. Seja no medo de ficar em sua própria casa. Seja no sangue derramado quando perdem sua utilidade.

Ou seja, as violências, nas sociedades de consumo, constituem a mulher. Não sendo realizadas de uma única forma ou método, podendo ser física, patrimonial, sexual ou simbólica. A única certeza do feminino, então, é o perigo de morte. Uma vez que, para elas, não há tempos de paz. Todos os dias são parte de uma guerra sem sobreviventes, já que todas nascem mortas.

Essa afirmação de que as mulheres já nascem sem vida pode, num primeiro olhar, parecer absurda. Contudo, considerando a precariedade da vida e, sobretudo, a maior vulnerabilidade de alguns em detrimento de outros, a hipótese de que há indivíduos que não são enlutados deixa de ser tão distante.

O enquadramento dos corpos femininos e feminizados nesse papel parece fazer sentido o resgatar a forma com que são construídos. Dessa forma, devido a objetificação da mulher e, conforme já demonstrado, sua decorrente descartabilidade permite ponderar que a sua vida não é vivível. Principalmente, ao rememorar que a coisa é justamente aquilo sem vida.

Por fim, ressalta-se que o presente trabalho escolheu como categoria de estudo a mulher branca exatamente pelo fato de esta ser a representação da mulher universal. Ela é o espelho pelo qual as demais são obrigadas a se olhar. Logo, esse é o corpo apresentado como padrão de beleza e, portanto, o objeto mais cobiçado.

Entretanto, como se tentou demonstrar, nem mesmo essa mulher está imune ao ciclo de violência contra o feminino. Pois, não importa quão jovem, bela e magra ela seja, continuará sendo uma mulher. Dessa forma, se até mesmo essa mulher dentro de todos os padrões é matável, todas as outras também são.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 329-340, Ago. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasil. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018. p. 14.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. v. 1. Trad. Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. v. 2. Trad. Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 5-58, 2002. Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de sujeição. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 103-131, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. Trad. Maria Helena Küner. 5. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. Lei n. 2.889, de 01 de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 01 out. 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L2889.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 08 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 09 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASILEIROS fazem atos pelo mundo para denunciar morte de Marielle. **Jornal GGN**. 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/brasileiros-fazem-atos-pelo-mundo-para-denunciar-morte-de-marielle>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. Trad. Fermpin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e3770017, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200326&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

CASADORE, Marcos Mariani; HASHIMOTO, Francisco. Reflexões sobre o estabelecimento de vínculos afetivos interpessoais na atualidade. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 177-204, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 29 jun. 2018.

CERQUEIRA, Daniel. *et al* (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro. Jun. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432> Acesso em: 03 nov. 2018.

COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Paula Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas Mulheres Roubadas, de Jennifer Clemen. **Revista Virtual de Letras**. v. 08. n. 1. jan./jul. 2016. p. 678-692. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/344.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ESPÓSITO, Roberto. **Bíos**: Biopolítica e filosofia. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ESTADÃO. **Candidatos do PSL destroem placa com homenagem a Marielle Franco**. 03 out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-a-marielle-franco,70002531740>>. Acesso em: 26 out. 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, Dhyego Câmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

G1. **Negra da Maré e socióloga, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio**. Rio de Janeiro. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/negra-da-mare-e-sociologa-marielle-foi-a-5-vereadora-mais-votada-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2018.

INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2018.

GONÇALVES, João Ricardo. *et al.* Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. **G1**. 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino**: O Pensamento da Diferença. Trad. Cristina Furtado Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

LAVOR, Thays. 'Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. **BBC Brasil**. Fortaleza. 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LIMA, Aluísio Ferreira de; BATISTA, Karina de Andrade; LARA JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 49-59, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia GG Rodrigues. Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. **Tempo soc.** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 283-304, abril de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100283&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MACHADO, Talita. Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis. **Uol Notícias**. São Paulo. 08 mar. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2018.

MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-186, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MAZZA, Malu. *et al.* IML confirma que morte de Tatiane Spitzner foi por asfixia mecânica. **G1**. 20 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/09/20/iml-confirma-que-morte-de-tatiane-spitzner-foi-por-asfixia-mecanica.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTEIRO, Ester. Lugar de mulher também é na política. **Senado Federal**. Mar. 2016. Senado Notícias. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em 25 maio 2017.

MORTE de vereadora no Rio repercute na imprensa internacional. **G1**. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morte-de-vereadora-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MUNIZ, Elsa. Pensar el cuerpo de las mujeres: cuerpo, belleza y feminidad. Una necesaria mirada feminista. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 415-432, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2018.

NASCIMENTO, Christiane Moura; PROCHNO, Caio César Souza Camargo; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. O corpo da mulher contemporânea em revista. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 385-404, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In. PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 477-506.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio**. 1948. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/convenca....crime_genocidio.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PASINATO, Wânia (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília. Abr. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

QUEIROGA, Louise; GUERRA, Rayanderson. Manifestações são marcadas no Rio e em outras cidades pelo país após morte de Marielle Franco. **O Globo**. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/manifestacoes-sao-marcadas-no-rio-em-outras-cidades-pelo-pais-apos-morte-de-marielle-franco-22491286>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/en.php>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SENADO FEDERAL. **Número de mulheres deputadas cresce 8,5% em relação à bancada atual.** Mar. 2016. Senado Notícias. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/17/numero-de-mulheres-deputadas-cresce-8-5-em-relacao-a-bancada-atual>>. Acesso em 25 maio 2017.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 137-165, mar. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas:** reflexões sobre os novos feminismos. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SUAREZ, Joana. Vidas que valem menos?. **Revista Época.** 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vidas-que-valem-menos-22983636>>. Acesso em: 16 out. 2018.

THURLER, Ana Liési. Feminicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Woman's Words Congress.** Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481421_ARQUIVO_2017-FazendoGenero-ST32-AnaLiesiThurler-FeminicidioVidasdasmulheresimoladasnoaltarpatriarcado.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

TIBURI, Marcia. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 191-207, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2018.

TRAVESTI Dandara foi apedrejada e morta tiros no Ceará, diz Secretário. **G1.** 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de Vilhena. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 109-144, mar. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO Brasil. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.